



III Seminário de Extensão e Cultura da UFPI I Mostra de Comunidades

arte: facebook.com/Cyro7

ANAIIS

COMUNICAÇÕES • POSTERES • MENÇÕES HONROSAS

Extensão e
Cultura
Para Uma
Universidade
Cidadã



PREX

Pró-Reitoria de Extensão



www.ufpi.br

III SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
Teresina, 02 a 04 de Dezembro de 2013
“EXTENSÃO PARA UMA UNIVERSIDADE CIDADÃ”
I MOSTRA DE COMUNIDADES

ANAIS

João Berchmans de Carvalho Sobrinho (org.)

IDENTIFICAÇÃO

Título:

- **III Seminário de Extensão Universitária**
- **I Mostra de Comunidades**

Tema: Extensão e Cultura para uma Universidade Cidadã

Proponente

Pró-Reitoria de Extensão

Contatos

Email: prex@ufpi.edu.br

Fone: (86) 3215-5571

ORGANIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Extensão

Coordenadoria de Ação Comunitária e Cultural - CACC

Coordenadoria de Formação Continuada - CFOR

Coordenadoria de Programas e Projetos de Extensão - CPPEX

Coordenadoria de Cursos e Estágios não Obrigatórios - CCENO

COORDENAÇÃO DO EVENTO

Prof. Dr. João Berchmans de Carvalho Sobrinho

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Miguel Cavalcante Ferreira Filho

Prof. Dr. João Berchmans de Carvalho Sobrinho

Prof. MsC.Acrísio de Miranda Sampaio

Profa. Dr. Gregório Elias Nunes Viana

Profa. MsC. Zulmira Lúcia Oliveira Monte

COMITÊ CIENTÍFICO

Prof. Dr. Miguel Cavalcante Ferreira Filho

Prof. Dr. João Berchmans de Carvalho Sobrinho

Prof. MsC.Acrísio de Miranda Sampaio

Profa. Dr. Gregório Elias Nunes Viana

Profa. MsC. Zulmira Lúcia Oliveira Monte

Profa. Dra. Hilda Mara Lopes Araújo

Profa. Dra. Norma Patrycia Lopes Soares

Profa. Dra. Maria Divina Ferreira Lima

COMISSÃO AVALIADORA

Comunicações Orais

Profa. Dra. Norma Patrycia Lopes Soares

Profa. Dra. Maria Divina Ferreira Lima

Profa. Dra. Maria Vilani Soares

Profa. Dra. Maria das Graças Freire de Medeiros

Profa. Dra. Maria Majaci Moura da Silva

Profa. Dra. Edvania Gomes de Assis

Profa. Dra. Sandra de Deus (UFRGS)

Prof. Dra. Waleska Albuquerque

Profa. Dra. Margarida Maria Monteiro Vasconcelos

Prof. Dr. Stanley Gutierrez Chavez

Profa. Dra. Erika Andreia Feitosa Vasconcelos

Profa. Dra. Maria César de Sousa

Posterres

Prof. Dr. Miguel Cavalcante Ferreira Filho

Prof. Dr. João Berchmans de Carvalho Sobrinho

Profa. Dr. Gregório Elias Nunes Viana

Profa. MsC. Zulmira Lúcia Oliveira Monte

Profa. Dra. Maria César de Sousa

Prof. Dr. Luis Ricardo Romero Araújo

Prof. Dr. Francisco Erlon Barros

Profa. Dra. Margarida Maria Monteiro Vasconcelos

Prof. Dr. Amilton Raposo

Profa. Dra. Martha Teresa Siquera Marques Melo

Prof. Dr. Janailton Coutinho

Profa. Dra. Maria Cristina Sanches Muratori

Prof. Dr. Micaías Andrade Rodrigues

Prof. Dr. Egnilson Miranda de Moura

Projeto Gráfico e Arte Final

Ciro Pereira da Silva – [facebook.com/Cyro7]

Direitos de Publicação reservados à:
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Rua Doutor Natan Portela Nunes, s/n – Ininga
64049-550 - Teresina – Piauí
Tel.: 86.3215.5625
Home Page: www.ufpi.br

III Seminário de Extensão Universitária e I Mostra de Comunidades, UFPI 2013

ISSN: 2237-4353

APRESENTAÇÃO

Com satisfação, apresentamos os ANAIS do III Seminário de Extensão Universitária: extensão e cultura para uma universidade cidadã e a I Mostra de Comunidades. Estas ações integradas serão um espaço de discussão amplo, de característica interdisciplinar e multicultural, que objetiva realizar discussões, promover debates e mostras que enfatizem a responsabilidade social, a afirmação da cidadania, à mobilização e sensibilização das comunidades beneficiárias, bem como, estimular a continuidade de um processo já iniciado de conscientização através do qual a sociedade possa se manifestar no que se refere às questões sociais através do exercício da cidadania.

O tema que será abordado em suas mesas e painéis de discussão tem como foco central a relação entre cultura e cidadania, tendo como intermediária nesta relação a universidade pública e o conjunto de políticas públicas norteadas pelo Plano Nacional de Cultura, e pelo Plano Nacional de Extensão. Estes documentos partem da compreensão da cultura como expressão simbólica; a cultura como direito à cidadania; e a cultura como campo potencial para o desenvolvimento econômico com sustentabilidade (Plano Nacional de Cultura, 2012, p.8), referindo-se também à política de extensão entendida como uma prática acadêmica que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilitando essa formação do profissional cidadão e secretando cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção de conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes.

Por fim, a Universidade Federal do Piauí através da Pró-Reitoria de Extensão, busca com mais este evento chamar a atenção para uma problemática emergente na sociedade: a de reforçar o compromisso ético, de respeitar a pluralidade cultural e a de compreender e assegurar a participação de todos os segmentos que compõem a sociedade contemporânea neste locus de discussão e apresentação de resultados efetivos de ações públicas, particularmente aquelas desprotegidas e afetadas por crises humanitárias.

Bom Seminário a Todos!

Prof. Dr. João Berchmans de Carvalho Sobrinho

Coordenador



III Seminário de Extensão e Cultura da UFPI I Mostra de Comunidades

AGRONOMIA

● COMUNICAÇÕES

Extensão e
Cultura
Para Uma
Universidade
Cidadã



PREX
Pró-Reitoria de Extensão





COMUNICAÇÕES

RELAÇÃO DE TRABALHOS E AUTORES, POR ÁREA TEMÁTICA COMUNICAÇÕES ORAIS

ÁREA TEMÁTICA	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES
1. AGRONOMIA	Softwares para Avaliação e Gerenciamento da Irrigação	<u>José Orlando Piauilino Ferreira</u> Maurício Ribeiro Sena Renato Henrique Gomes Alencar

Softwares para Avaliação e Gerenciamento da Irrigação¹

José Orlando Piauilino Ferreira²; Maurício Ribeiro Sena³; Renato Henrique Gomes Alencar³

2. Professor do Colégio Técnico de Bom Jesus-PI; 3. Técnico administrativo do Colégio Técnico de Bom Jesus-PI; 4. Estudante do curso Técnico em Informática do Colégio Técnico de Bom Jesus-PI.

Resumo: A implantação de um programa de gerenciamento da água a ser aplicada tem como principais vantagens: aumento da produtividade, aumento da rentabilidade, ampliação da área irrigada, otimização da utilização da água, mão-de-obra, energia elétrica, nutrientes e outros insumos, além da preservação do meio ambiente. A uniformidade de distribuição e o controle da aplicação da água são em geral os dois maiores pré-requisitos técnicos para realização de uma irrigação com qualidade. E indubitavelmente a informática se apresenta como uma grande aliada nesse processo. Foram desenvolvidos três programas computacionais para auxiliar na avaliação e no gerenciamento da água na agricultura irrigada.

Palavras-chave: Agricultura irrigada, avaliação da irrigação, balanço hídrico.

Introdução

O Brasil tem potencial para irrigar 16,1 milhões de hectares de terras altas, a irrigação teria capacidade de contribuir com a geração de empregos para cerca de 24 milhões de pessoas. Para que essa realidade se efetive de forma permanente, necessário se faz que a técnica da irrigação seja acompanhada do manejo adequado da água. Vale ressaltar que apenas 16,6% da área mundial cultivada é irrigada, e que essa parcela é responsável por 40% da produção mundial de alimentos. No Brasil, há 66 milhões de hectares cultivados e, destes, apenas 3,63 milhões são irrigados, o que corresponde a 5,5% da área cultivada, sendo esta responsável por aproximadamente 35% da produção.

Atualmente, a facilidade de aquisição de estações meteorológicas automatizadas e a facilidade de acesso aos recursos computacionais têm permitido a utilização de elementos meteorológicos completos e atualizados facilitando com isso o manejo da água na agricultura irrigada.

¹ Trabalho oriundo do Projeto de Extensão “Desenvolvimento de softwares para avaliação e manejo da água em sistemas de Irrigação”.

Na literatura, são amplas as citações de equipamentos e processos aplicados ao monitoramento com objetivo de manejar a água de irrigação (BERNARDO et al., 2006; KELLER; BLIESNER, 1990). No entanto, elas são muito restritas na definição dos métodos de monitoramento adotados para o manejo da irrigação nas diferentes regiões do mundo (MANTOVANI et al., 2007). Com esse trabalho, desenvolveu-se um pacote computacional próprio com o intuito de atender às necessidades didáticas de nossa instituição de ensino, na disciplina de irrigação e, ao mesmo tempo, proporcionar de forma extensiva a difusão da avaliação e gerenciamento da irrigação através do treinamento de agricultores irrigantes.

Metodologia

A ferramenta computacional utilizada para o desenvolvimento dos programas foi o Lazarus que é uma IDE para criar aplicações gráficas e console com o Free Pascal. Free Pascal é um compilador Pascal e Object Pascal que roda em Windows, Linux, Mac OS X, FreeBSD e Licença: GPL/LGPL.

Para a avaliação de sistemas de irrigação por aspersão convencional foi desenvolvido o programa contemplando-se três configurações de montagem do sistema em campo: com um aspersor, com dois aspersores e com quatro aspersores.

De posse lâminas coletadas em campo, para as configurações de montagem para avaliação (para efetuar os cálculos com as configurações com um e dois aspersores antes se realiza a sobreposição das lâminas coletadas), efetua-se a seguinte sequencia de cálculos:

1º Passo: calcula-se a Lâmina média (Lm) dos valores sobrepostos (no caso da avaliação com apenas um aspersor e com dois aspersores). Com quatro aspersores não há necessidade de sobreposição:

$$Lm = \frac{\sum_{i=1}^N Li}{N} \quad (1)$$

Em que:

Li = lâminas coletadas sobrepostas (no caso da avaliação com apenas um aspersor e com dois aspersores). Com quatro aspersores não há necessidade de sobreposição;

N = número de coletores.

2º Passo: determinar o desvio médio (Dm) dos valores coletados:

$$Dm = \frac{\sum |Lm - Lt|}{N} \quad (2)$$

3º Passo: determinar o coeficiente de uniformidade de Christiansen (CuC):

$$CuC = \left[1 - \left(\frac{Dm}{Lm} \right) \right] \times 100 \quad (3)$$

4º Passo: determinar o coeficiente de uniformidade de distribuição (CuD):

$$CuD = \frac{Lm_{25\%}}{Lm} \quad (4)$$

Em que:

$Lm_{25\%}$ = lâmina média de 25% dos valores coletados sobrepostos ou não.

Para a avaliação de sistemas de irrigação por Pivô-central foi desenvolvido o programa a partir da planilha e dos equacionamentos a seguir:

a) Distância do coletor ao ponto do pivô (Di):

$$Di = (i - 0,5) \times e \quad (5)$$

e = espaçamento entre coletores – m.

b) Fator de ponderação (Fp):

$$Fp = (i - 0,5) \quad (6)$$

c) Lâmina média coletada (Lmc):.

$$Lmc = \frac{L1 + L2}{2} \quad (7)$$

d) Lâmina ponderada (Lp):

$$Lp = Lmc \times Fp \quad (8)$$

e) Lâmina média aplicada (Lma):

$$Lma = \frac{\sum Lp}{\sum Fp} \quad (9)$$

f) Desvio ponderado (Dp):

$$Dp = Fp \times |Lmc - Lma| \quad (10)$$

g) Coeficiente de uniformidade de Christiansen (CuC):

$$CuC = \left[1 - \left(\frac{\sum Dp}{\sum Lp} \right) \right] \times 100 \quad (11)$$

Para a avaliação de sistemas de irrigação por gotejamento e microaspersão foi desenvolvido o programa a partir da planilha e dos equacionamentos a seguir e utilizando-se os métodos de Keller & Karmeli e de Denículi:

i – Cálculo da vazão (q_i) em cada ponto de coleta:

$$q_i = \frac{V(ml)}{t(min)} \times 0,06 \text{ (l h}^{-1}\text{)} \quad (12)$$

ii – Cálculo da vazão média (qm):

$$qm = \frac{\sum_i^n q_i}{n} \text{ (Lh}^{-1}\text{)} \quad (13)$$

iii – Cálculo do desvio médio (Dm):

$$Dm = \frac{\sum_i^n |qm - q_i|}{n} \text{ (Lh}^{-1}\text{)} \quad (14)$$

iv – Cálculo do coeficiente de distribuição de água (CuC):

$$CuC = \left[1 - \left(\frac{Dm}{qm} \right) \right] \times 100 \text{ (\%)} \quad (15)$$

Para efetuar o gerenciamento da irrigação com base no balanço hídrico foram utilizadas as equações a seguir:

$$ADT = 1000 \times (U_{cc} - U_{pm}) \times P_{ef} \text{ (mm)}; \quad (16)$$

$$AFA_i = ADT \times f \text{ (mmdia}^{-1}\text{)}; \quad (17)$$

$$ET_c = ET_o \times K_c \text{ (mmdia}^{-1}\text{)}; \quad (18)$$

$$Saldo = (Li + Chuva) - ET_c \text{ (mmdia}^{-1}\text{)}; \quad (19)$$

$$AFA_f = AFA_i + Saldo \text{ (mmdia}^{-1}\text{)}; \quad (20)$$

Em que:

ADT – água disponível total;

AFA_i – água facilmente aproveitável pela cultura, inicial;

f – fator de esgotamento da água no solo;

ET_c – evapotranspiração da cultura;

ET_o – evapotranspiração de referência;

K_c – coeficiente da cultura;

Li – lâmina de irrigação;

AFA_f - água facilmente aproveitável pela cultura, final

No gerenciamento com aspersão convencional e com gotejamento e microaspersão o tempo de irrigação é obtido dividindo-se a lâmina de irrigação pela intensidade de aplicação dos seus respectivos emissores – aspersores, gotejadores e microaspersores. No gerenciamento com Pivô-central a lâmina de água a ser aplicada é determinada através da equação do percentual de giro.

Resultado e Discussão

Foram totalizados 3 (três) programas computacionais denominados de GEHAGRI (Gerenciamento Hídrico na Agricultura Irrigada), os quais operam de forma interativa com os usuários e permitem efetuar a avaliação – com os cálculos que determinam o coeficiente de distribuição da água (CuC) - e o gerenciamento da irrigação, pelo método do balanço hídrico no solo, de forma ágil e precisa e com grande economia de tempo.

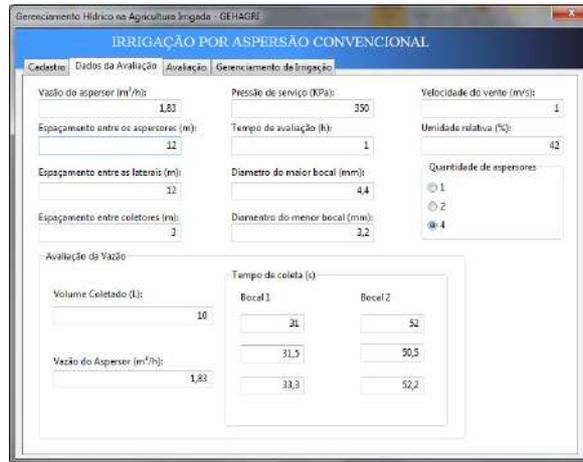


Figura 1: Tela do programa GEHAGRI evidenciando dados para efetuar a avaliação de sistemas de irrigação por aspersão convencional.

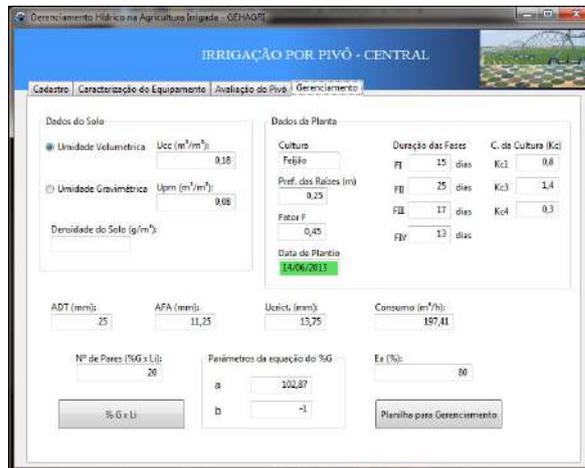


Figura 2: Tela do programa GEHAGRI evidenciando o gerenciamento hídrico em sistemas de irrigação por Pivô-Central.

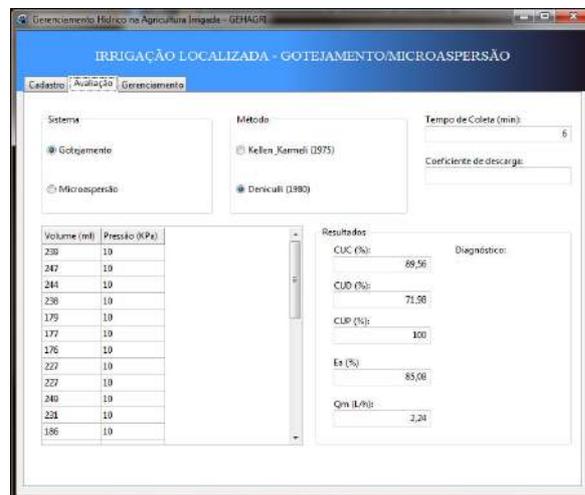


Figura 3: Tela do programa GEHAGRI evidenciando dados para efetuar a avaliação de sistemas de irrigação por gotejamento/microaspersão.

Considerações Finais

A implantação de um programa de gerenciamento da água a ser aplicada pela irrigação tem como principais vantagens: aumento da produtividade, aumento da rentabilidade, ampliação da área irrigada, otimização da utilização da água, mão-de-obra, energia elétrica, nutrientes e outros insumos, além da preservação do meio ambiente.

A uniformidade de distribuição e o controle da aplicação da água são em geral os dois maiores pré-requisitos técnicos para realização de uma irrigação com qualidade. Indubitavelmente a informática se apresenta como uma grande aliada permitindo obter resultados precisos em tempo hábil e auxiliando na tomada de decisões durante o processo produtivo.

Agradecimentos: à Pró-Reitoria de Extensão pelo apoio logístico essencial para o desenvolvimento do projeto de extensão que originou este trabalho.

Referências Bibliográficas

BERNARDO, S.; SOARES, A. A.; MANTOVANI, E.C. 2006. **Manual de Irrigação**. 8 ed. Viçosa, MG: UFV, 625 p.

MANTOVANI, E. C., BERNARDO, S.; PALARETI, L. F. 2007. **Irrigação: princípios e métodos**. 2 ed., atual. Ampl. – Viçosa, MG: Ed. UFV, 358 p.: il.; 22 cm.

KELLER, J.; BLIESNER, R. D. 1990. **Sprinkle and trickle irrigation**. New York: Van Nostrand Reinold, 652 p.



III Seminário de Extensão e Cultura da UFPI I Mostra de Comunidades

COMUNICAÇÃO

● COMUNICAÇÕES

Extensão e
Cultura
Para Uma
Universidade
Cidadã



PREX

Pró-Reitoria de Extensão





MENÇÃO HONROSA

MENÇÃO HONROSA COMUNICAÇÃO ORAL

1º COLOCADO

TÍTULO: BRINQUEDOTECA HOSPITALAR: UM ESPAÇO PARA REFLETIR SOBRE A SAÚDE E EDUCAÇÃO DA CRIANÇA (AREA SAUDE)

AUTORES:

ANDRÉA RENATA DE SÁ

ANA MARIA ALVES DA SILVA COSMO

FERNANDA MOREIRA DE AQUINO

LETICIA MARIA DE SOUSA FALCÃO

LISSANDRA MARIA DE SOUSA FALCÃO

ORIENTADORA:

MARIA CESAR DE SOUSA

2º COLOCADO

TÍTULO: EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO DIREITO SOCIAL, INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: REALIDADE OU UTOPIA (AREA EDUCAÇÃO)

AUTORES:

JOVINA DA SILVA

FRANCISCO RENATO LIMA

3º COLOCADO

TÍTULO: DIREITOS HUMANOS DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS: CONJUNTURAS E CONFLITOS COM SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A NO MUNICIPIO DE PALMEIRAIS, PI (AREA DIREITO)

AUTORES:

CAMILA CECILINA DO NASCIMENTO MARTINS



COMUNICAÇÕES

RELAÇÃO DE TRABALHOS E AUTORES, POR ÁREA TEMÁTICA COMUNICAÇÕES ORAIS

ÁREA TEMÁTICA	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES
1. COMUNICAÇÃO	Programa Extensão em Cena	<u>Inês de Carvalho Mélo</u> Keynison Júnio Maciel Machado Simone Cristina Putrick
2. COMUNICAÇÃO	Oficinas Profissionalizantes: Preparação de Lideranças Locais para Elaboração de Projetos e Captação de Recursos Via Editais Públicos e Privados	<u>Osmar Gomes de Alencar Júnior</u> Keynison Júnio Maciel Machado Simone Cristine Putrick Acaahi Ceja de Paula Costa Ray Carvalho Dias

Programa Extensão em Cena

Inês de Carvalho Mélo¹; Keynison Júnio Maciel Machado²; Simone Cristina Putrick³.

- 1.Universidade Federal do Piauí, Campus Parnaíba, Discente do curso de Bacharelado em Turismo.
- 2.Universidade Federal do Piauí, Campus Parnaíba, Discente do curso de Bacharelado em Turismo.
- 3.Universidade Federal do Piauí, Campus Parnaíba, Professora Mestre do curso de Bacharelado em Turismo e Coordenadora Especial de Extensão ³.

RESUMO

Este trabalho apresenta um texto que está baseado na produção e veiculação de um programa de televisão oriundo da Universidade Federal do Piauí – UFPI, campus Parnaíba, cujos objetivos principais são a apresentação e aproximação de conhecimentos difundidos na academia com a população parnaibana, em uma forma dinâmica de apresentar, os programas de extensão para a comunidade através da televisão, a comunicação audiovisual.

Palavras-chave: Comunicação, Extensão, Televisão, Comunidade.

INTRODUÇÃO

Vem se observando nos últimos anos, que a mídia audiovisual, é uma ferramenta que difundiu a informação de forma clara e acessível e, que através da televisão são levadas informações de diversas áreas, sendo que a linguagem audiovisual torna cada vez mais fácil a compreensão destas informações.

A televisão transforma nossos hábitos perceptivos quando cria a necessidade de uma hiperestimulação sensorial, aponta, Costa e Orofino *apud* Férres (1996).

Para Voisin(2001):

A comunicação é uma das oito áreas temáticas estabelecidas no Plano Nacional de Extensão Universitária como área de atuação de extensão nas universidades públicas brasileiras – ao lado de cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho. No contexto da América Latina, nota-se que a comunicação tem exercido uma influência particular nas questões ligadas à democracia, à cidadania e às identidades culturais.

A partir desta perspectiva, pretende-se estruturar um projeto de extensão em parceria entre a emissora de televisão Tv Delta de Parnaíba, Universidade Federal do Piauí – UFPI e Coordenadoria Especial de Extensão, através deste programa televisivo, serão veiculados e

apresentados novas formas de levar informação universitária à comunidade parnaibana. O projeto denominado “Extensão em Cena”, que consiste na formatação de um programa de TV, estruturado e apresentado pelas ações acadêmicas.

Ainda para tornar dinâmica a vivência entre academia e sociedade, pretende-se apresentar no programa de televisão “Extensão em Cena” projetos de extensão, ações universitárias e pesquisas realizadas pela UFPI, familiarizando os resultados acadêmicos com a comunidade na qual esta inserida.

Produzir um programa de televisão, onde o tema seja apresentação de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Piauí, com o intuito de difundir o conhecimento acadêmico com a população de Parnaíba, e possibilitar aos acadêmicos, um canal de veiculação de seus resultados e futuras ações universitárias de importância não só para os acadêmicos dos cursos da UFPI, mas para a comunidade em geral.

METODOLOGIA

Formato: o cenário deve ser dinâmico, com um sofá para os convidados, a uma mesa ou cadeira para o apresentador, onde a composição cênica do cenário deve ser figuras ilustrativas que representem a universidade como um todo.

Início: Programa Piloto

Abertura do programa: 10 segundos de duração, com designe que simboliza a UFPI. Programa terá duração de 01h50minh com nove(9) blocos de quinze(15) minutos, e intervalos de 30 a 59 segundos.

Dias de veiculação: o programa deve ser semanal, veiculado às segundas- feiras, no horário de 10h às 12h.

Público alvo: Academia (Universidade Federal do Piauí, Instituto Federal do Piauí, Universidade Estadual do Piauí e Faculdades particulares), toda população parnaibana que se beneficia direta e indiretamente com os programas da universidade, e todos os interessados em veicular seus produtos e serviços, que posteriormente serão possíveis patrocinadores do programa.

Recursos operacionais e financeiros: serão buscados patrocinadores interessados na área temática do programa e seu público alvo, que são pessoas interessados pelos produtos mostrados no programa, como livrarias, empresas de xerox, parceiros dos projetos de ensino, pesquisa e extensão da UFPI e, demais interessados em veicular seus produtos/serviços.

A captação de recursos financeiros será feita a partir de parcerias entre os desenvolvedores do programa e empresas interessadas.

Justificativa: a ideia é apresentar um programa interativo, entre professores pesquisadores, alunos envolvidos com programas de extensão, ONG's, núcleos artísticos, esportistas e entidades como: Diretório Acadêmico D.A, Centros Acadêmicos C.A, Grêmios estudantis que são as chamadas "entidades de base" do Movimento Estudantil – ME da UFPI.

Estes núcleos apresentarão seus projetos metodológicos públicos e haverá um espaço para divulgação de eventos realizados pela universidade, como também a repercussão dos mesmos para a mídia e público-alvo, visando resultados esperados.

Apresentar ações de educação ambiental e sustentabilidade em que a UFPI está envolvida, direta e indiretamente, e seus principais pontos positivos e/ou negativos de seus resultados.

A partir de então será apresentado o programa piloto que consiste no estabelecimento das técnicas de: roteirização/ técnica de produção e entrevista/ técnica de filmagem e edição, estas que são feitas pela emissora TV Delta de Parnaíba em conjunto aos desenvolvedores do programa, com a intenção de deixar o programa com *ar descontraído* e em formato único.

Através de feedback realizado pelos telespectadores através do e-mail e rede social do programa, indicará a evolução técnica na área do projeto que demonstrará a maturidade teórica acerca dos assuntos abordados nas temáticas do programa “Extensão em Cena”.

Roteirização - piloto

Abertura do programa – clipe com o design do programa, logomarca e imagens simbolizando a universidade, com duração aproximada de 30 segundos.

Abertura do apresentador: apresentação resumo dos assuntos abordados do dia.

1º quadro: 15 minutos (conversa com professor/ pesquisador com perguntas do apresentador)

Intervalo de 1 minuto, patrocinadores.

2º quadro: continuação da entrevista anterior.

3º quadro: 15 minutos, com notas informativas sobre os eventos realizados pela UFPI, como fazer para participar, qual a importância dos eventos dos cursos.

1 minuto de intervalo (patrocinadores)

4° quadro: Conversa com convidado especial do dia, professor/pesquisador/universitário/morador de comunidade.

Este quadro tem o intuito de apresentar assuntos relacionados a novos projetos, novos eventos, novas oportunidades dentro da universidade.

5° quadro: Entrevistas de campo, mostrando os laboratórios da universidade, de vários cursos, e os trabalhos desenvolvidos nos mesmos.

6° quadro: Este quadro será destinado aos DCEs, movimentos estudantis da UFPI, para reivindicações, sugestões, e para apresentar os trabalhos desenvolvidos pelos DCEs.

7° Quadro: Conversa com o diretor da UFPI Campus Parnaíba.

Este quadro tem como intuito atrair o público para perguntas destinadas ao diretor da UFPI, sobre diversos assuntos, sendo que deverão ser enviadas pelo contato disponibilizado pelo programa, por e-mail, ou por telefone. E será respondida no decorrer da conversa.

8° quadro: Momento parcerias, instituições e cooperativas.

Este quadro será apresentado com representantes de instituições, Cooperativas de Parnaíba, Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia, que são parceiras da UFPI. Para apresentar, novidades, resultados de trabalhos, projetos e pesquisas desenvolvidas pelas mesmas.

9° Quadro: Momento Ecoturismo. Este quadro irá apresentar os trabalhos desenvolvidos junto à universidade relacionados ao ecoturismo, meio ambiente e sustentabilidade, este pode envolver os projetos de pesquisa e extensão, as ONG's, instituições, cooperativas, associações.

Programa com duração de 01h50min com nove blocos de 15 minutos, e intervalos de 1 minuto, incluindo, abertura, intervalos e o final.

Equipe de trabalho

Equipe técnica da TV Delta cenário, câmera, edição.

Equipe de apresentação.

Campo: Keynison Júnio Maciel Machado¹.

¹ Desenvolvedor deste roteiro de programa de TV.

Função: Captação de entrevistados, levantamento de pautas dos entrevistados, apresentação nas matérias de campo.

Programa da TV: Inês de Carvalho Mélo².

Função: Apresentação do programa.

Campo: Simone Cristina Putrick³

Função: Orientadora.

A equipe de trabalho irá se articular nas questões inerentes à participação de entrevistados, durante todas as edições do programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto dispõe de uma metodologia baseada nas técnicas de programas de TV e será de suma importância para o envolvimento entre a UFPI e a comunidade em geral debatendo questões relacionadas à academia e de métodos de ensino, pesquisa para levar aos estudantes e à comunidade em geral a disseminação da educação, peça fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Tatiana Carilly O. **Programa de TV “CURTA”:** Ação de Extensão da UEG em Prol da Difusão do Audiovisual Goiano. Disponível em: <http://serex2012.proec.ufg.br/uploads/399/original_TATIANA_CARILLY_OLIVEIRA_ANDRADE.pdf>. Acesso em 17 de novembro de 2013.

COSTA, Fabíola. B. e OROFINO, Karin. Z. . **Artes visuais: Televisão e Educação: possibilidades educacionais a partir de programas televisivos.** Disponível em: <http://.ceart.br/dapesquisa/files/9/02VISUAIS_Fabiola.pdf>. Acesso em 19 de novembro de 2013.

VOISIN, Jane. **Extensão e Comunicação: anotações para um debate.** 2001. Texto apresentado no VI Congresso Ibero-americano de Extensão(Embu-SP, 16/11/2001), para subsidiar a formulação do Termo de Referência área temática Comunicação, a ser adotado pelo Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras. email: jvoisin@clknet.com.br

² Desenvolvedora deste roteiro de programa de TV.

³ Desenvolvedora e orientadora deste roteiro de programa de TV.

Oficinas Profissionalizantes: Preparação de Lideranças Locais para Elaboração de Projetos e Captação de Recursos Via Editais Públicos e Privados ¹

Osmar Gomes de Alencar Júnior ²; Simone Cristine Putrick ³; Acaahi Costa ⁴; Ray Carvalho Dias ⁵

² Universidade Federal do Piauí – Docente

³ Universidade Federal do Piauí – Docente

⁴ Universidade Federal do Piauí – Discente

⁵ Universidade Federal do Piauí – Discente

RESUMO – Este trabalho relata as ações desenvolvidas pela empresa *Omega Energia* em parceria com a Universidade Federal do Piauí para a promoção de três oficinas com temas profissionalizantes voltados para comunidades do município de Ilha Grande que possuem vulnerabilidades financeiras. Neste relato é apresentada a terceira oficina, intitulada “Preparação de Lideranças Locais para Elaboração de Projetos e Captação de Recursos Via Editais Públicos e Privados”, com o objetivo de capacitar as comunidades para a elaboração de projetos com o intuito de captar recursos por meio de editais públicos e privados. Como metodologia foi utilizada informações coletadas *in loco* no decorrer das palestras, dinâmicas e trabalhos em grupos, desenvolvidos pelos participantes nas oficinas, onde os resultados apontam que estas foram consideradas relevantes tornando-lhes mais capacitados e mostrando-lhes novas oportunidades para a geração de renda. Em relação ao trabalho da empresa *Omega Energia*, a aprovação foi satisfatória.

Palavras- Chave: Comunidade; Associações; Editais; Geração de Renda.

Introdução

A terceira oficina intitulada **Preparação de Lideranças Locais para Elaboração de Projetos e Captação de Recursos Via Editais Públicos e Privados** aconteceu na Câmara Municipal de Ilha Grande, no dia 12 de setembro de 2013. Estavam presentes 33 participantes dos bairros: Fazendinha, Vazantinha, Centro de Ilha Grande, Cal e Tatus e também foram convidados a Colônia dos Pescadores Z-07, Associação dos Moradores do Labino, Associação dos Artesãos da Vazantinha, Associação dos Moradores e Pescadores da Pedra do Sal, Associação Comunitária da Pedra do Sal, Grupo Novo Fazendinha, Associação

¹ Vinculado ao projeto de extensão intitulado “Interação – Comunidade, Universidade e Empresa”.

Artesanato do Barro Vermelho, Comissão Ilha Ativa, Associação das Rendeiras, Cooperativa das Rendeiras do Delta do Parnaíba, além das Unidades Escolares de toda a Ilha Grande do Piauí.

Os ministrantes da 3ª Oficina foram os professores da Universidade Federal do Piauí, Professora Simone Cristina Putrick, do curso de Turismo e o Professor Osmar Gomes de Alencar Júnior do curso de Ciências Econômicas, com ajuda das bolsistas discentes do projeto Maria Gabriela Silva, do curso de Turismo e Acaahi Costa, do curso de Ciências Econômicas.

O intuito do curso, oferecido pela empresa Ômega Energia em parceria com a Universidade Federal do Piauí, foi de proporcionar às comunidades de Ilha Grande do Piauí uma reflexão, discussão e metodologia para preparar as lideranças locais de associações e demais interessados para a elaboração de projetos com o intuito de captar recursos via editais públicos e/ou privados. Uma “associação congrega serviços, atividades e conhecimentos em prol de um mesmo ideal, objetivando a consecução de determinado fim, com ou sem capital e sem intuítos lucrativos”, segundo José Eduardo Sabo Paes (2006, apud SOUZA, 2007). Essa oficina proporcionou uma melhor visão para a comunidade, que mostrou não ter conhecimento desse assunto, porém muito interesse para colocá-lo em prática no seu empreendimento.

Metodologia e aplicação

O transporte cedido pela empresa *Omega Energia* colaborou para que os participantes que residem nos bairros Vazantinha, Fazendinha, Barro Vermelho e Pedra do Sal chegassem às 18h15 à Câmara Municipal de Ilha Grande do Piauí. O curso iniciou-se e foi apresentada aos participantes a importância das associações ou empresas de se prepararem com o intuito de concorrer a editais de captação de recursos.

A metodologia utilizada foi explicar slides com exemplos cotidianos e incentivando a participação dos presentes para manifestarem exemplos e histórias locais com discussões e explicações de dúvidas. Os ministrantes mostraram com uso de *data show* a importância do trabalho em equipe, pois segundo Peter (apud SOUSA, 2001) à medida que as entidades se envolvem com o “movimento da qualidade, descobrem as vantagens de ter pessoas de todos os níveis trabalhando juntas em equipes”. Foi discutida a questão das mobilizações de pessoas, serviços, recursos financeiros, objetivar os desejos, motivações e emoções, cumprir

metas estipuladas, ter foco. Além desses pontos, foram discutidos a imagem, missão, comunicação e *marketing* da instituição. Planejamento também foi discutido como um momento essencial para uma instituição, pois é através dele que as associações, cooperativas ou empresas poderão atingir seus objetivos.

Os ministrantes apresentaram aos participantes onde buscar os editais para garantirem recursos, como: sociedade em geral, empresas, fundações, premiações, verbas públicas, emendas parlamentares, organismos nacionais e internacionais, embaixadas e sites específicos de *terceiro setor*. Os sites visitados estarão disponíveis no anexo III. Os professores mostraram no *data show* sites que os participantes poderiam acessar para acompanhar futuros editais que propiciassem captação de recursos.

Ao finalizar a apresentação, os professores pediram aos participantes que se dividissem em grupos para a realização de uma atividade. Foram entregues a cada grupo uma folha contendo as principais informações que deve conter em um formulário para concorrer à editais de captação de recursos.

A oficina finalizou-se com a correção da atividade. Os ministrantes agradeceram a presença de todos os convidados, as bolsistas passaram a lista de frequência e o *formulário avaliativo*.

Resultados e discussões

De acordo com os dados estatísticos, a oficina foi considerada relevante, pois 70% consideraram o curso interessante e pretendem buscar outras oportunidades de aprimoramento profissional, 27% dos participantes consideraram que a oficina lhes tornou mais capacitados, mostrando novas oportunidades para a geração de renda, os outros 3% disseram não adquirir conhecimento suficiente nesse curso para considerarem capacitados profissionalmente.

A estatística mostra que dos participantes: 3% de seis a nove salários mínimos, 15% de um a três salários mínimos, 24% com até um salário mínimo e 58% não possuíam renda, caracterizando assim um público considerado mais que 50% de baixa renda. Um dos fatores que levam a este cenário financeiro justifica-se pela porcentagem de jovens presentes, que foi mensurada indiretamente usando como parâmetro a escolaridade.

Do grau de escolaridade mensuramos que: 6% ensino superior incompleto, 6% ensino médio/técnico completo, 12% ensino fundamental completo, 15% possuem ensino fundamental incompleto e 61% ensino médio/técnico incompleto.

Essa oficina contribuiu para melhorias na dinâmica das instituições discutidas no evento, pois 64% dos participantes avaliaram o curso como *muito bom* e 33% como *bom* e apenas 3% como *regular* , devido a baixa carga horária e complexidade do assunto.

No que concerne ao trabalho desenvolvido pela empresa *Omega Energia* , 9% não possuem um posicionamento definido, outros 45% aprovam o trabalho e 46% disseram que aprovam o trabalho além de divulgarem.

Outro dado importante percebido no formulário de avaliação é de que quase 50% dos jovens que participaram das oficinas não possuem carteira de identidade ou CPF (Cadastro de Pessoa Física), impossibilitando muitos participantes de receberem o certificado da oficina. Dessa forma, percebemos a necessidade de possibilitar um “dia do cidadão”, com a empresa *Omega Energia* em parceria com a Universidade Federal do Piauí promovendo um dia como esse. Discentes e docentes dos cursos de: fisioterapia, psicologia, biomedicina, turismo e economia, poderiam participar do evento proporcionando aos participantes práticas que convivem na Universidade.

Conclusão

A oficina foi relevante, pois ficou evidente no curso que os participantes tinham interesse no tema abordado e não sabiam como fazer. Após a análise dos dados obtidos pelos questionários foi possível construir uma avaliação que mensurasse a qualidade do curso e os resultados dos objetivos almejados com a iniciativa. Mais de 50% dos participantes da oficina são jovens de baixa renda e que cursam o ensino médio. Outra informação relevante é a de que não são oferecidos cursos específicos como esse na localidade, pois 70% disseram que pretendem buscar maior aprimoramento profissional e mostraram interesses pelos temas: informática, artesanato, prestação de serviços, como se visualiza no gráfico a seguir.

No decorrer do curso, percebemos que os participantes mostraram-se interessados em cursos de capacitação para: condutores de turismo, roteiros turísticos, planejamento e organização de eventos, elaboração de projetos, planejamento estratégico organizacional e

finanças organizacionais, assim como constatado na segunda oficina. O curso gerou bons resultados, porém a comunidade precisa de maior apoio e realizações como esta.

Em relação ao trabalho da empresa *Omega Energia*, a aprovação foi maior que 90%. No entanto, 9% não possuíam um posicionamento, provavelmente por não saberem os objetivos da empresa na região.

Como visto, mais de 50% dos jovens que participaram das oficinas não possuem carteira de identidade e/ou CPF. Dessa forma, propõe-se a realização de um evento na cidade para a realização das identidades e CPF's assim como de outros serviços que podem ser oferecidos pelos cursos da Universidade Federal do Piauí.

Agradecimentos

Agradecemos à Câmara Municipal de Ilha Grande pela disponibilidade do local para a realização da oficina.

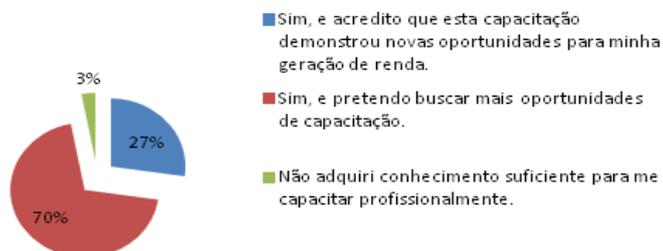
Referências

SOUSA, M. Q. L. Trabalho em equipe: a base da qualidade nas organizações. **Cobenge**. Natal, 2001. Disponível em: <<http://www.abenge.org.br/CobengeAnteriores/2001/trabalhos>>. Acesso em: 20 de outubro de 2013.

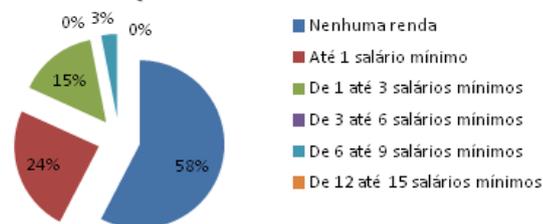
SOUZA, L. C. Associações. **Cartilha SEBRAE**, Vitória, 2007. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/amapa/abra-seu-negocio/como-abrir-uma-associacao>>. Acesso em: 19 de outubro de 2013.

Anexo I

Você acredita que ter participado do curso lhe tornou mais capacitado/a profissionalmente?

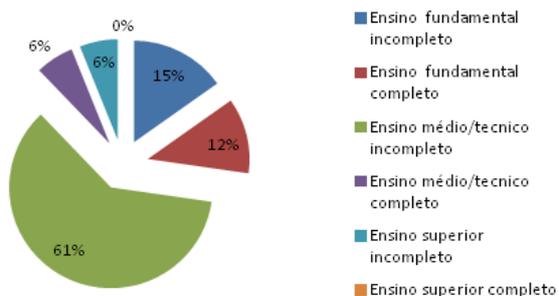


Qual é a sua faixa de renda?

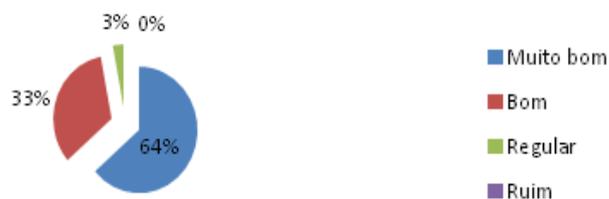


Fonte: Elaborado por Acaahi Costa, outubro de 2013.

Grau de escolaridade:

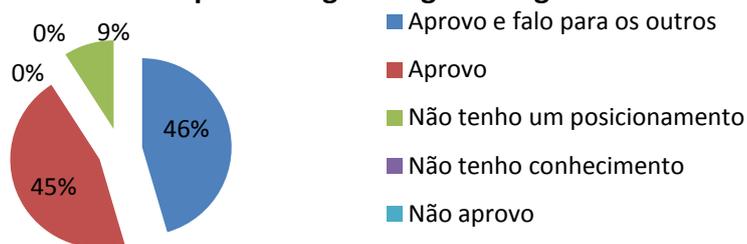


O que achou do curso?



Fonte: Elaborado por Acaahi Costa, outubro de 2013.

Qual é a sua percepção atual sobre o trabalho desenvolvido pela Omega Energia na região?



Fonte: Elaborado por Acaahi Costa, outubro de 2013.



arte: facebook.com/Cyro7

III Seminário de Extensão e Cultura da UFPI I Mostra de Comunidades

DIREITO

• COMUNICAÇÕES

Extensão e
Cultura
Para Uma
Universidade
Cidadã



PREX
Pró-Reitoria de Extensão



www.ufpi.br



COMUNICAÇÕES

RELAÇÃO DE TRABALHOS E AUTORES, POR ÁREA TEMÁTICA COMUNICAÇÕES ORAIS

ÁREA TEMÁTICA	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES
1. DIREITO	Direitos Humanos das Populações Tradicionais: Conjuntura e Conflitos com Suzano Papel e Celulose S.A. no Município de Palmeiras – PI	<u>Camila Cecilina do Nascimento Martins</u>
2. DIREITO	A Assessoria Jurídica Universitária, os Megaeventos e a Garantia de Direitos à População	<u>Marcel Wilson Rocha Pacheco</u> Raíza Feitosa Gomes Camila Cecilina do Nascimento Martins
3. DIREITO	Relato de experiência: promoção dos direitos humanos em instituição de acolhimento para crianças e adolescentes	<u>Dheyvid Fhelipe Correia Lima Pereira</u> Mateus Gonçalves da Rocha Lima Morgana Cavalcante de Carvalho Sabrina dos Santos Melo

A Assessoria Jurídica Universitária, os Megaeventos e a Garantia de Direitos à População¹

Marcel Wilson Rocha Pacheco¹; Raíza Feitosa Gomes²; Camila Cecilina do Nascimento Martins³

1. Estudante de direito da UFPI – Universidade Federal do Piauí; autor.
2. Estudante do oitavo período do curso de direito da UFPI – Universidade Federal do Piauí; coautora.
3. Estudante do sexto período do curso de direito da UFPI – Universidade Federal do Piauí; coautora.

RESUMO

É inegável que os megaeventos esportivos e os grandes projetos de infraestrutura e modificação das cidades têm um grande impacto na vida do país e das pessoas diretamente envolvidas por eles. Diante disso, faz-se necessário que o âmbito jurídico se faça presente nesse processo, a fim de garantir os direitos da parte mais vulnerável em tal relação. Assim, a assessoria jurídica universitária coloca-se como agente que atua no sentido de evitar que sejam violados direitos e que ocorram situações de injustiça durante a preparação e a implantação de tais projetos.

PALAVRAS-CHAVE: Modelo de desenvolvimento, violação de direitos humanos, assessoria jurídica universitária.

INTRODUÇÃO

Sob a perspectiva crítica de uma análise político-jurídica da dinâmica cíclica do sistema capitalista em relação ao contexto dos megaeventos esportivos e mega empreendimentos, este trabalho tem como escopo discorrer sobre o impacto de recentes políticas governamentais em prol de um modelo de desenvolvimento que exclui setores historicamente marginalizados na sociedade.

¹ Este trabalho é vinculado ao Projeto CAJUÍNA – Centro de Assessoria Jurídica Universitária de Teresina, projeto de extensão da UFPI – Universidade Federal do Piauí.

Com a mudança gradativa de status do Brasil no âmbito da economia internacional, partindo de uma nação de terceiro mundo para um país emergente e com grande potencial para o desenvolvimento de políticas associadas ao capital mundial, o Estado passou a incentivar cada vez mais a vinda de mega empreendimentos e megaeventos, a fim de “desenvolver” a nação. A Copa do Mundo da FIFA de 2014, a ser realizada no Brasil é um exemplo expressivo dessas violações, assim como a construção de megaempreendimentos tais como o Projeto Lagoas do Norte, em Teresina-PI, que é financiada pelo Banco Mundial.

A Copa do Mundo é um evento que será realizado em 2014 no Brasil, com sede em 12 cidades, as quais estão sofrendo intensas modificações em razão das obras de preparação para o evento. Modificação e construção de estádios e implantação de novos meios para a mobilidade durante o evento (VLT – Veículo Leve sobre Trilhos) têm se tornado alguns dos principais potencializadores de violações de direitos humanos nesse contexto.

O projeto de urbanização Lagoas do Norte é um projeto que tem como justificativa para sua implantação as inundações ocasionadas pelas cheias periódicas dos rios Parnaíba e Poti, no Piauí. O projeto é composto por quatro etapas sucessivas e atinge treze bairros da zona norte de Teresina. O empreendimento tem ocasionado desapropriações de moradores, criação de uma economia informal, que trouxe o crescimento da prostituição, entre outras questões.

Assim, o presente trabalho busca problematizar as violações de direitos ocasionadas ou intensificadas pela Copa do Mundo, bem como compreender como se pode intervir nessa realidade, visando a diminuição das injustiças sociais e jurídicas vividas por um número cada vez maior de indivíduos atingidos pelas políticas desenvolvimentistas.

METODOLOGIA

Objetivando potencializar os objetivos da pesquisa realizada, elaborou-se uma metodologia pautada no aprofundamento teórico sobre a temática e na vivência junto à comunidade. Assim:

I – Fez-se uma análise do Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa visando adquirir uma visão abrangente sobre o assunto;

II – Realizaram-se visitas às comunidades próximas ao projeto Lagoas do Norte nas quais ocorreram oficinas de formação que possibilitaram a interação entre nossa experiência acadêmica e a conjuntura da comunidade;

III – Promoveram-se oficinas de aprofundamento teórico internamente, em educação popular, com referencial de Paulo Freire, em direito à cidade, direito à moradia, direitos humanos e higienização social;

IV – Realizaram-se eventos na universidade com a temática visando fomentar o debate no âmbito acadêmico e problematizar tais questões, muitas vezes não tocadas no cotidiano do curso de direito;

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos realizados demonstram que o modelo de desenvolvimento em questão tem provocado mudanças significativas no contexto social, nacional e local. Tendo isso em vista, os estudantes de direito, organizados na Rede Nacional de Assessorias Jurídicas Universitárias (RENAJU), realizaram uma campanha promovendo em diversas universidades o debate acerca das violações de direitos humanos existentes nesse processo.

O Projeto CAJUÍNA, que compõe a RENAJU, realizou o evento "O Direito Achado na Crítica", com as temáticas de Modelo de Desenvolvimento, Direitos Humanos, Copa do Mundo e Mega Projetos. . A proposta do evento foi levar para a comunidade acadêmica o debate e a reflexão sobre as violações de direitos humanos ocasionadas pelas obras da Copa do Mundo e qual o papel dos estudantes, em especial os do âmbito jurídico, frente a tal situação, que é de defesa desses direitos humanos, enquanto ciência social inserida nos conflitos. Dessa forma, foram problematizados os numerosos impactos sociais dos grandes empreendimentos desenvolvimentistas e urbanísticos, a nível local, regional e nacional, com o intuito de fomentar a reflexão social, política e jurídica acerca de tais projetos.

O evento contou com a exibição de documentários, palestras, grupos de discussão e oficina de cartazes, um momento lúdico, no qual os participantes do evento sintetizam suas reflexões. As palestras foram proferidas pela professora da Universidade Federal do Piauí, Maria Sueli Rodrigues, cuja explanação abordou a noção de Desenvolvimento como umas das ideias fundadoras do capitalismo e da modernidade, bem como o Modelo de Desenvolvimento adotado pelo Brasil, os mega

empreendimentos no Piauí como exemplo do atual modelo de desenvolvimento, além da questão dos Direitos Fundamentais e uma série de Garantias Legais ignoradas em nome do Desenvolvimento.

O evento também contou com palestra proferida por Cecília Paiva Sousa, estudante de direito da Universidade Federal do Ceará – UFC, e membro do CAJU - Centro de Assessoria Jurídica da UFC, que trouxe a experiência do seu grupo de assessoria jurídica universitária com relação às remoções forçadas que aconteceram no Ceará por conta das obras pra Copa das Confederações e da Copa do Mundo de 2014, como a construção do estádio Castelão e a implantação do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), que tem causado a desapropriação de várias famílias no entorno da obra, às quais não foram dadas as devidas indenizações e tiveram direitos garantidos constitucionalmente flagrantemente violados sob o argumento de desenvolvimento e interesse público.

O projeto CAJUÍNA trouxe a sua experiência de aproximação das comunidades afetadas pelo projeto de urbanização Lagoas do Norte. Em conversa com moradores da região, foram relatados por aqueles diversos problemas: aumento do desemprego em razão da desapropriação das casas e locais de trabalho dos oleiros. Segundo eles, esse fato está relacionado com aumento do alcoolismo e uso de drogas na região, bem como da prostituição de jovens nas proximidades do empreendimento. Assim, utilizamos o acúmulo teórico adquirido para atuação no ambiente universitário, por meio dos debates e além desse ambiente, através da vivência in loco com o povo, construindo pontes entre a academia e a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a conjuntura social, política e jurídica de violação de direitos presente no Brasil, em virtude do modelo de desenvolvimento excludente e dos diversos megaeventos e empreendimentos que o acompanham, evidencia-se a necessidade dos estudantes de direito aprofundarem o debate acerca dessas questões, a fim de intervir nessa realidade, buscando mitigar os impactos causados à população por projetos como o Lagoas do Norte, em Teresina.

A atuação numa assessoria jurídica popular universitária figura como ponto crucial de problematização no ambiente acadêmico com relação às crescentes violações de direitos das pessoas que têm suas realidades influenciadas pela construção dos megaprojetos no país.

REFERÊNCIAS

Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, Rio de Janeiro, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 16^o ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária. **Carta-Compromisso**. 2007.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES ¹

Dheyvid Fhelipe Correia Lima Pereira¹; Mateus Gonçalves da Rocha Lima²; Morgana Cavalcante de Carvalho³; Sabrina dos Santos Melo⁴

1. Bolsista PET – Integração e graduando em Pedagogia. Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí (UFPI).
2. Voluntário PET – Integração e graduando em Direito. Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí (UFPI).
3. Bolsista PET – Integração e graduando em Direito. Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí (UFPI).
4. Bolsista PET – Integração e graduando em Serviço Social. Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Resumo: O presente trabalho tem por escopo relatar as experiências vividas em um trabalho de Extensão realizado pelos alunos que fazem parte do PET – Integração na Casa Savina Petrilli, instituição que acolhe, provisoriamente, crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados. Além disso, visa mostrar como a aplicação da cartilha “Direitos Humanos e Cidadania”, produzida pelo PET, foi importante para conscientizar os envolvidos dos seus direitos fundamentais, no fortalecimento dos vínculos familiares, construção da cidadania e desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Cidadania; Direitos Humanos; Educação;

1. INTRODUÇÃO

Os direitos humanos são inerentes a todo ser humano, significando que ninguém pode ser privado ou excluído do seu próprio direito. Essa característica única e insubstituível de cada ser humano demonstra o valor próprio que possui e percebe-se que a dignidade da pessoa existe singularmente em todo indivíduo (GUIMARÃES, 2006).

Mesmo assim, ainda há uma lacuna que prevalece na sociedade no sentido de não reconhecer a igualdade de direitos, o que demonstra a necessidade de ações de promoção,

¹ Trabalho oriundo de observações e vivências do projeto de Extensão “Educação em Direitos Humanos e Promoção em Saúde”.

proteção e defesa desses direitos. Neste cenário, destaca-se a situação de risco que crianças e adolescentes enfrentam quando vivem em condições extremas de exclusão social, onde os direitos do Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos humanos não são respeitados (ECA, 1990).

O projeto “Educação, Direitos Humanos e Promoção da Saúde” realiza ações de extensão voltadas para o atendimento de grupos sociais em situação de vulnerabilidade pessoal e econômica, envolvendo professores e estudantes do Programa de Educação Tutorial (PET) na modalidade interdisciplinar. A proposta foi aperfeiçoada com o objetivo de ampliar o universo de atuação da universidade com a comunidade, por meio de ações que minimizem os problemas causados pela exclusão social, ao mesmo tempo em que proporciona ao estudante o contato direto com a realidade social.

Nesta direção, ressalta-se a importância de estimular o diálogo entre o saber acadêmico e o popular a partir da aproximação de estudantes com a realidade social, dando oportunidades para que possam vivenciar a troca de experiências. Como consequência dessa articulação proporciona-se não apenas a qualificação dos graduandos para a formação profissional, mas o fortalecimento e a ampliação das atividades de extensão em atendimento às demandas da comunidade. Vale lembrar que para um acadêmico se tornar um bom profissional necessita não somente do conhecimento teórico, mas de contato com a prática profissional, estabelecendo relações com a realidade social na qual irá atuar.

Pretende-se neste trabalho, apresentar os resultados alcançados com a aplicação da cartilha “Direitos Humanos e Cidadania”, junto a um grupo de jovens adolescentes da “Casa Savina Petrilli” que estão em situação de risco social, visando também despertar o interesse de fomentar o debate no cotidiano dos discentes da UFPI.

2. DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

2.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os direitos humanos estão diretamente relacionados à forma de organização da sociedade como também estão ligados aos fatores históricos, políticos e culturais. O conceito mais difundido é de que eles estão associados aos direitos fundamentais que foram garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Essa declaração afirma que esses direitos são indispensáveis aos homens, independente da sua nacionalidade, sexo, cor,

religião, etnia, etc. Compreende também a liberdade de expressão, direito à educação, trabalho, entre outros.

De acordo com Candau (2007), a educação em direitos humanos deve buscar formar sujeitos conscientes dos direitos individuais e coletivos, oferecendo uma educação articulada nas dimensões ética, político-social, entre outras. Nesse sentido é importante salientar que, como mostra João Ricardo W. Dornelles (2005), é em nome de tais direitos que “se possibilita o debate público-democrático, a contestação, a democracia, a luta e o conflito democrático, constituindo o espaço público, de “fala” e ação, possibilitando o exercício, individual e coletivo, da cidadania.”.

Por isso é que a educação em Direitos Humanos é uma abordagem permanente, contínua e multidisciplinar. Sua construção deve ocorrer no campo da coletividade, para que haja cooperação dos sujeitos envolvidos, o que gera um diálogo entre os mesmos. Dessa forma, contribuem nas discussões, pois aprendem, nessa interação, valores como a tolerância, a liberdade de expressão e a empatia. Além disso, essa instrução orienta os indivíduos à mudança no sentido de eliminar tudo aquilo que está enraizado nas mentalidades por preconceitos, discriminação. Isso significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos.

Juntamente com essa concepção, é importante salientar que a cidadania se dissocia das desigualdades. Em vista disso, diversos autores mostram que é através do Estado Social que a cidadania pode se desenvolver de forma plena. Nesse aspecto, João Ricardo W. Dornelles (2005) em suas reflexões mostra que autores como Bobbio consideram que essa cidadania se amplia justamente com o processo de internacionalização dos direitos humanos que são feitos pelas entidades internacionais.

Partindo desse sentido, a declaração, ao trazer em seu artigo 25º, § 2º que “a maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social”, passa a reconhecer que crianças e adolescentes, por serem mais vulneráveis que adultos, devem receber uma atenção especial em respeito aos direitos fundamentais. Reiterando essa ideia, a Constituição Federal no seu capítulo VII, destinado à família, criança, adolescente, jovem e idoso, afirma em seu artigo 227 que:

“é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

O Estatuto da Criança e do Adolescente, como mostra Daniele Ditzel Mattioli e Rita de Cássia da Silva Oliveira (2013), “é a expressão da nova ordem constitucional inaugurada em 1988 e em sintonia com os diplomas internacionais na luta pela proteção especial de crianças e adolescentes”. O ECA trouxe mudanças revolucionárias ao Brasil ao afirmar, em seu artigo 3º, que:

“a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.”

Além de todas essas garantias formais, para formar uma sociedade que realmente considere o direito da pessoa humana é necessário que exista uma orientação pedagógica que vise uma redução da ignorância social. Dessa forma os indivíduos podem desenvolver uma consciência ética. Para isso, é preciso que os direitos fundamentais sejam realmente efetivados e que haja respeito e valorização da diversidade. Tal sentido é ratificado no Plano Nacional de Direitos Humanos (2003) ao afirmar que “educar em direitos humanos é fomentar processos de educação formal e não-formal, de modo a contribuir para a construção da cidadania, conhecimento dos direitos fundamentais, respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e crenças religiosas.”. Assim, há um fortalecimento da democracia e um maior diálogo entre as relações do Estado e sociedade.

Baseado em tudo isso é que se estabelecem as políticas de acolhimento institucional que visam atender crianças e adolescentes que possuem seus direitos violados e, por isso, necessitam serem afastados de suas famílias.

3. METODOLOGIA

Em um primeiro momento, foi ofertado aos alunos do PET um curso de capacitação em Direitos Humanos, ministrado pelos professores Solimar e Maria de Lourdes na sala de aula da Pró-Reitoria de Extensão.

Posteriormente, a escolha da Casa Savina Petrilli para o desenvolvimento desse projeto ocorreu pelo fato de ser o campo de estágio dos discentes petianos de serviço social. Esta se localiza na Rua Governador Raimundo Artur de Vasconcelos, 4771 – Itaperu Zona

Norte de Teresina – PI, e possui atualmente uma capacidade diária de atendimento a 32 crianças e adolescentes. Essa instituição pertence a uma organização de natureza religiosa e desenvolve atividades que se incluem na área da Assistência Social, funcionando como instituição de acolhimento provisório para crianças e adolescentes do sexo feminino na faixa etária de 04 a 17 anos que tiveram seus direitos violados pela omissão ou abuso do Estado, pais ou responsáveis. O presente estudo foi desenvolvido entre agosto e novembro de 2013.

O acolhimento institucional dessas crianças e adolescentes possui caráter temporário, uma vez que almeja, juntamente com articulação em rede, viabilizar o retorno das acolhidas para reinserção familiar, ao tempo em que proporciona proteção integral, desenvolvimento humano, construção da cidadania e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Como estratégia para adesão dos sujeitos em foco, desenvolveu-se atividades lúdicas como, por exemplo, dinâmicas de música, danças, brincadeiras e desenho. Estas eram realizadas quinzenalmente, aos sábados, pela tarde, com duração de três horas. A cada visita se fazia a seleção de dois temas presentes no conteúdo da cartilha.

Com o objetivo de conscientizar os envolvidos de seus direitos, e de todos os direitos humanos, fez-se a apresentação da cartilha “Direitos Humanos e Cidadania”. A mesma foi produzida a partir de experiências vivenciadas no PET Integração e foi utilizada como instrumento referencia de promoção da cidadania, trazendo como marco estruturante das discussões os temas: direito a educação, direito a saúde, direito a liberdade, direito a cultura e ao lazer, direito a alimentação e o direito a igualdade, complementada com as informações presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Também foi realizada a exposição oral de temas sobre saúde, alimentação, educação, cidadania, cultura e etc. Foi utilizado como método de trabalho desenhos, cujo objetivo era estimular a educação ambiental e cidadania. A partir daí, pequenos debates eram realizados, visando gerar interação e promover uma reflexão do que foi exposto.

A última atividade do projeto foi uma espécie de retrospectiva de tudo que foi abordado, ao qual se aproveitou a oportunidade para fazer uma espécie de avaliação. Esta foi realizada por meio de um pequeno questionário e de uma roda de conversa, objetivando salientar até que ponto os temas abordados foram assimilados e se, de alguma forma, sensibilizaram a cerca da consciência dos direitos que elas possuem, para que possam lutar para o efetivo cumprimento dos mesmos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Anterior ao desenvolvimento do projeto, na casa Savina Petrilli, as jovens não demonstravam qualquer tipo de conhecimento de seus direitos ou sequer sabiam como proceder de maneira menos agressiva com o meio ambiente.

Houve um pouco de receio nos primeiros encontros, porém, com o decorrer do projeto, através da utilização de uma abordagem mais divertida, usando-se de atividades lúdicas, como desenhos, pinturas, poesias, cantos e músicas, foi possível atrair a atenção das crianças que, aos poucos, passaram a demonstrar maior interesse e preocupação quanto ao meio ambiente e no que se refere aos direitos e cidadania. Dessa forma, conseguiu-se uma maior adesão para que participassem das atividades.

Ressalta-se, no entanto, que apesar dos resultados positivos que já puderam ser visualizados, o trabalho não foi concluído. Objetiva-se ainda avaliar os resultados da aplicação da cartilha referente aos Direitos Humanos e também a montagem de um painel educativo que será produzido pelas próprias crianças e adolescentes com os temas até então abordados, para que elas tenham uma melhor fixação e visualização de tudo que foi discutido, para que, dessa forma, possam observar que a partir do momento em que passaram a ter ciência dos seus direitos estarão aptas a lutar pelos mesmos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados alcançados são parciais, mas já permitem vislumbrar uma resposta positiva. Desde já, percebe-se que as atividades desenvolvidas na instituição acabaram resultando em maior conscientização por parte dos envolvidos em relação aos seus direitos assegurados não somente pela Constituição, mas também pelo Estatuto da Criança e Adolescente–ECA.

Considerando que as crianças e adolescentes que estão em situação de institucionalização tiveram seus direitos violados ou ameaçados é notória a importância deste trabalho, pois mostra a necessidade de atuação junto a este público, o que contribui para que o grupo esteja apto a participar e efetivar a democracia, como também usufruir todos os seus direitos, sendo este o primeiro passo para que todos se tornem cidadãos conscientes e autônomos.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVIDES, M. V. **Educação em direitos humanos**: de que se trata. Formação de Educadores. Desafios e Perspectivas. S. Paulo: UNESP, p. 309-318, 2003.

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003.

CANDAU, V. M. **Educação em direitos humanos**: desafios atuais. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos, p. 399-412, 2007.

DORNELLES, J. R. W. Sobre os direitos humanos, a cidadania e as práticas democráticas no contexto dos movimentos contra-hegemônicos. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, Ano VI, Nº 6 - Junho de 2005.

GUIMARÃES, M. A.. **Fundamentação dos direitos humanos**: relativismo ou universalismo? In: PIOVESAN, Flávia (Coord.). Direitos humanos. Curitiba: Juruá, 2006.

MATTIOLI, D. D.; OLIVEIRA, R. de C. da S. **Direitos humanos de crianças e adolescentes**: o percurso da luta pela proteção. *Imagens da Educação*, v. 3, n. 2, p. 14-26, 2013.

MACHADO, V. L. **A atual política de acolhimento institucional à luz do estatuto da criança e do adolescente**. *SERV. SOC. REV.*, LONDRINA, V. 13, N.2, P. 143-169, JAN./JUN. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Resolução 217 A (III), Assembléia Geral das Nações Unidas. 10 de dezembro de 1948. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em 7/11/2013.

ZECHI, J. A. M.; DA SILVA, C. C. M.; DE OLIVEIRA, A. P.. **Educação em direitos humanos**: reflexões acerca de práticas escolares, XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – MEC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
Coordenadoria Geral de Pesquisa – CGP**

*Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Bloco 06 – Bairro Ininga
Cep: 64049-550 – Teresina-PI – Brasil – Fone (86) 215-5564 – Fone/Fax (86) 215-5560
E-mail: pesquisa@ufpi.br; pesquisa@ufpi.edu.br*

**Direitos humanos das populações tradicionais: Conjuntura E Conflitos Com Suzano
Papel E Celulose S.A. No Município De Palmeirais-Pi.**

Camila Cecilina do Nascimento Martins

Graduanda em Direito/UFPI, Integrante do projeto “Conhecimentos Tradicionais e Quilombolas na Conservação da Biodiversidade Piauiense numa perspectiva sócio-jurídica”/DCJ/ CCHL/UFPI

RESUMO

Esta iniciativa parte do projeto “Conhecimentos Tradicionais e Quilombolas na Conservação da Biodiversidade Piauiense numa perspectiva sócio-jurídica”/DCJ/CCHL/UFPI, orientado pela Prof^ª.Dr^ª. Maria Sueli Rodrigues de Sousa. Observa-se nos últimos anos que o estado do Piauí vem sendo bombardeado pelo discurso e pela chegada do “desenvolvimento e do progresso”. A cada ano, o agronegócio avança no Piauí, trazendo promessas de maravilhas para nossa economia e para qualidade de vida do trabalhador rural. Dentro desse contexto, o presente trabalho visa apontar as contradições presentes nessa conjuntura, as violações aos conhecimentos tradicionais do homem do campo e a afronta aos direitos humanos. busca-se contestar esse discurso idealizador e afirmar os conhecimentos tradicionais como estratégia eficaz para a proteção da biodiversidade piauiense.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento Tradicional. Direitos Humanos. Suzano Papel e Celulose.

Introdução

O estado do Piauí se encontra em um contexto de dinâmicas de desenvolvimento no qual se enquadra como “fronteira agrícola” para o agronegócio. Os grandes empreendimentos da iniciativa privada são atraídos pelos recursos naturais do estado e apoio dos governantes, trazendo consigo a promessa de desenvolvimento e progresso. Contudo, por trás dessa propaganda positiva estão presentes diversas irregularidades e ilicitudes no trato com as comunidades rurais piauienses e com a proteção do meio ambiente. No rol dos empreendimentos estão incluídas as mineradoras, produtoras de celulose do eucalipto, produtoras de soja, de cana de açúcar, extensas carvoarias, que embora tragam promessas de muitos empregos, desenvolvimento social, qualidade de vida da população e progresso econômico.

Entretanto, atuam de modo descumprindo garantias legais e expulsando pessoas de suas casas, se apropriando das terras mais férteis, ocupando os espaços necessários para o qualificado desenvolvimento das famílias rurais, grilando terras, ameaçando os agricultores, inclusive atribuindo aos trabalhadores das carvoarias condição análogas à de escravos. Além disso, tais empreendimentos promovem o deslocamento forçado de populações tradicionais e quilombolas sem perspectiva de reassentamento em condições apropriadas para reestruturarem os seus modos de vida, pois faltam terras disponíveis para moradia, plantio e criação de animais e não ocorre a inclusão dessas comunidades nos referidos projetos. Ademais, as audiências públicas são os únicos instrumentos usados para promover o debate, embora tenham assumido caráter meramente informativo sob o rótulo da “supremacia do interesse público”, que na realidade mascara os interesses dos grupos do grande capital privado e do agronegócio.

Metodologia

I - Planejamento e formação da equipe de pesquisa através de curso com enfoque jurídico socioambiental por meio do minicurso de direito ambiental e minicurso de direito agrário, além da Oficina de Ética e Metodologia da Pesquisa, realizada pelo DIHUCI.

II - Levantamento de normas e convenções de natureza socioambiental com potencial para proteger a conservação de recursos naturais, aí incluídos os conhecimentos tradicionais e quilombolas.

III – A Coleta de dados serviu para identificação de formas de interpretação e aplicação das referidas normas pelas instituições ambientais – municipal, estadual e federal, a partir de levantamento de documentos dos processos de licenciamento ambiental e de práticas de fiscalização ambiental.

IV- Não foram realizadas entrevistas, posto que os próprios moradores preferiram conversas informais, dizendo se sentir mais à vontade com esse método. Assim, acumularam-se dados e inflexões das oficinas realizadas junto à CPT no município de Palmeirais, além de visitas às casas dos moradores atingidos.

V- Produção de relatórios.

Resultados e discussão

Na primeira oficina, realizada em Nova Esperança, os participantes desenharam o “mapa” da região, com seus pontos positivos e negativos. Os primeiros foram seus morros, aguadas, matas, terras, roças, áreas de extração; os últimos, falta de saneamento, perda das terras produtivas para Suzano, perda das roças, poluição por agrotóxicos do solo e da água, estiagem. Observou-se aqui que a partir dos conhecimentos tradicionais, é possível perceber que há uma relação estreita entre esses conhecimentos e suas práticas. De todos os obstáculos elencados pelas comunidades, a vinda da Suzano foi o principal problema - perdeu-se a exploração de minérios e os acessos ao Rio Parnaíba, posto que as terras da margem do rio se tornaram privadas e foram cercadas, impedindo o livre acesso; devastação de mata nativa e por consequência o assoreamento das aguadas.

Falando com Leff, a racionalidade econômica dominante desconsidera os processos que acontecem no meio ambiente, vendo-o apenas como meio de exploração. E ao se falar em proteção ao meio ambiente, ignora os processos sociais que ocorrem dentro do mesmo, limitando-o a fenômenos biológicos. Ora, “o ambiente não é o meio que circunda as espécies e as populações biológicas; é uma categoria sociológica relativa a uma racionalidade social, configurada por comportamentos, valores e saberes, bem como por novos potenciais produtivos.”.

Na oficina seguinte, constatou-se que muitos temiam a perda de seu chão, de suas roças e de se dispersarem e perderem o laço com seus amigos e vizinhos. As impressões que ficaram dessa oficina foram que as famílias são bastante empoderadas, pois possuem um extenso conhecimento e senso crítico da realidade. Também se constatou que estavam ansiosas por aprofundar seus conhecimentos, mas também preocupadas com as consequências da chegada

do agronegócio em suas terras. Compreendeu-se que os mesmos sentiam a necessidade de estarem inseridos, pois são suas vidas que estavam em jogo e deviam lutar por seus direitos.

Outra crítica contundente aos grandes empreendimentos surgiu em mais de uma oficina - boa parte das famílias atingidas não foi informada e sequer consultada sobre a chegada e desenvolvimento das barragens e da extração de celulose das florestas de eucalipto. Essa falta de diálogo entre a empresa e as várias comunidades, não só as de Palmeirais, só mostra o descaso com relação à perspectiva dos atingidos, excluindo-os da realidade de um empreendimento massivo que as afetam diretamente.

Democracia não pode ser confundida com a superveniência da vontade da maioria em relação à minoria, posto que isso não condiz com o sentido da Democracia. Seguindo Habermas, renomado filósofo e sociólogo alemão, Democracia se faz com debate e o pressupõe. Isto é, as ações que vão influenciar a vida das pessoas devem ser alvo do debate público, devem ser legitimadas por todos os sujeitos constitucionais. Assim, as atividades da Suzano não são dotadas de legitimidade, entendendo-se que os principais atingidos não foram consultados, por conseguinte não houve debate e nem inclusão.

Os pequenos agricultores levantaram diversas práticas embasadas no conhecimento tradicional, repassadas de geração em geração. Alguns disseram que o tempo de pousio da terra era de sete a dez anos, mas que devido à escassez de terras, esperam-se atualmente dois anos. Destacaram veementemente que não se deve colocar veneno na plantação, pois é o agrotóxico que acaba com a terra. Ademais, o Parnaíba está cercado, assim só restaram dois lugares para fazer plantio de vazante, prática muito comum na região como meio de subsistência. Também foi apontado que faltam incentivos do governo em adubos, instrumentos e proteção de suas roças e criações frente à invasão e degradação advindas da monocultura de eucalipto.

Diante disso, infere-se que, baseando-se no viés sócio jurídico, os conhecimentos tradicionais e seus atores tem seus direitos e patrimônio material e imaterial protegidos contra violações. As comunidades afetadas, fortificadas em seus conhecimentos tradicionais, tem potencial para proteção e conservação da biodiversidade e necessitam ter seu direito à terra preservado. Também é fundamental a valorização da agricultura familiar de subsistência, além do extrativismo e criação, na sua condição de modo de vida e meio de renda de boa parte da população rural piauiense. Conseguiu-se elevar o nível de empoderamento das populações rurais frente à implantação de grandes projetos de destruição da natureza e emissão de gases poluentes. Durante todo o processo, foi constantemente enfatizado os conhecimentos tradicionais como fundamentais para a conservação do meio ambiente e a proteção da

biodiversidade, não excluindo obviamente a efetividade de normas e convenções internacionais como instrumento de proteção também.

Por fim, o ponto chave que confirma as críticas tecidas à atuação da Suzano no Piauí é a saída da empresa do estado por tempo indeterminado. A justificativa se pauta no crescimento da dívida da empresa, além da crise econômica mundial. Com esse fato, as poucas pessoas empregadas na empresa ficaram no prejuízo, pois não foram pagas nem tiveram seus direitos trabalhistas atendidos. A Suzano saiu e deixou um rastro de insatisfações, degradação ambiental com desmatamento em larga escala e poluição, denúncias de grilagem de terras no sul do Piauí e no Maranhão, ações trabalhistas contra a mesma, não inclusão dos trabalhadores locais na obra, enfim, deixou um legado de amarguras.

Conclusões

Retomando aqui o aclamado termo desenvolvimento, percebe-se que ele não beneficia o trabalhador rural piauiense, mas apenas os interesses privados da empresa Suzano. A atuação da companhia gira em torno basicamente de conseguir lucro e enriquecer seus cofres, pois suas promessas de desenvolvimento sustentável, empregos e progresso provaram ser apenas promessas. Como já se observou em diversos lugares pelos quais a Suzano já passou, inclusive no nosso próprio estado, agora que a empresa levou seu projeto para o Maranhão e deixou o Piauí no prejuízo, com um grande problema social e ambiental, o trabalhador rural é desrespeitado em sua qualidade de atingido e de sujeito constitucional, pois não foi consultado e nem incluído nesse empreendimento.

A companhia não realizou consulta prévia nas comunidades afetadas, não tem resolvidos os problemas já provenientes de sua instalação, não especificou como distribuirá os lucros da empreitada, não conseguiu de maneira lícita todas as terras necessárias para o plantio, têm histórico de poluição de águas e solos em cidades nas quais já se instalou, dentre outras irregularidades. Por essas razões, o empreendimento Suzano papel e celulose não possui legitimidade, pois afronta os Direitos Humanos e se volta apenas para finalidades econômicas e interesses políticos.

Referências

ANTENOR, Ferreira. **MA: Suzano Grila Terras no Baixo Parnaíba Maranhense**. Disponível in <<http://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com.br/2011/02/grilagem-suzano-de-terras.html>> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Editora Saraiva, 1996. 200 p.

G1 PI. **Suzano demitiu 125 funcionários, afirma prefeito de Monsenhor Gil**. Disponível in <<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/03/suzano-demituiu-125-funcionarios-afirma-prefeito-de-monsenhor-gil.html>>

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia – entre facticidade e validade, vol. I**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade racionalidade, complexidade, poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do século XX**. In: Ci. Inf., Brasília, 21(1): 23-31, 1992

RIMA – **Relatório dos Impactos Ambientais do Manejo Florestal da Suzano e Papel e Celulose no Piauí**.

Agradecimentos

Aos meus companheiros do DiHuCi, pela força e pelo encanto.

À minha orientadora Maria Sueli, pela paciência, perseverança, rigor e força de mulher negra e feminista.



arte: facebook.com/Cyro7

III Seminário de Extensão e Cultura da UFPI I Mostra de Comunidades

EDUCAÇÃO

• COMUNICAÇÕES

Extensão e
Cultura
Para Uma
Universidade
Cidadã



PREX
Pró-Reitoria de Extensão



www.ufpi.br

Experiência Desenvolvida na EJA Numa Escola Estadual de Teresina: Relatos de Educandas de Diferentes Gerações

Dalva Stela Queiroz Melo¹
Karoline Carvalho da Costa²
Valéria Silva Carioca³
Darlane Stela Queiroz Melo⁴

RESUMO

O presente artigo aqui exposto trata-se de uma pesquisa de campo qualitativa realizada numa escola estadual de Teresina. Esta pesquisa provém de questionamentos que surgiram em sala de aula sobre o perfil de alunos da EJA. A partir do ponto discutido enumeramos os objetivos a serem alcançados com a pesquisa, que são: investigar o perfil de educandas da EJA; Descrever as dificuldades vivenciadas por estas; Conhecer o que pensam sobre a importância da EJA para sua formação. A pesquisa teve como sujeitos duas discentes da EJA e como instrumentos de coletas de dados o questionário e a observação. Como resultado do estudo pode-se destacar as distintas dificuldades enfrentadas no percurso de suas vidas em relação a sua formação.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos. Educandas. Gerações.

1. INTRODUÇÃO

O tema central deste estudo será a discussão do perfil das educandas da EJA, onde trataremos de questões essenciais para a compreensão das condições envolvidas no processo educativo destas, como também analisar aspectos histórico-culturais que colaboram para a existência de entraves na formação da mulher. Outro ponto discutido no texto é a atual configuração da EJA como modalidade de ensino que surge em decorrência de uma ineficiência do sistema educacional brasileiro em oferecer condições igualitárias de acesso e permanência a uma educação de qualidade, haja vista que essa modalidade representa uma tentativa do poder público em sanar os problemas advindos da precariedade da educação pública em nosso país.

A Educação de Jovens e Adultos é amparada por lei e voltada para pessoas que não tiveram acesso, por algum motivo, ao ensino regular na idade apropriada. É preciso que a sociedade compreenda que alunos da EJA vivenciam problemas como preconceito, vergonha, discriminação, críticas dentre tantos outros. E que tais questões são vivenciadas tanto no cotidiano familiar como na vida em comunidade.

¹Graduanda de Pedagogia 4º Período- UFPI

²Graduanda de Pedagogia 4º Período- UFPI

³Graduanda de Pedagogia 4º Período- UFPI

⁴Graduanda de Pedagogia 9º Período- UFPI

Segundo dados divulgados em 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), foram diagnosticados que mais de 50% dos alunos que frequentam cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) são mulheres. Do total de mais de 141 mil pessoas de 15 anos ou mais de idade no país, mais de 10 mil frequentavam ou já frequentaram curso da EJA, na ocasião do levantamento. O estudo “Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional” é um suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2007).

Tendo em vista os aspectos citados anteriormente e especificamente a situação da mulher na modalidade EJA, apresentamos o seguinte estudo buscando responder a seguinte indagação: Quais as principais dificuldades vivenciadas por educandas da EJA em diferentes faixas etárias? E qual o perfil das discentes? O campo de pesquisa foi uma escola estadual localizada na zona norte da cidade de Teresina que atende a comunidade e bairros circunvizinhos, oferecendo Ensino Fundamental I de 1ª a 4ª séries (2º ao 5º Ano), Ensino Fundamental II de 5ª a 8ª séries (6º ao 9º Ano) e Educação de Jovens e Adultos: Etapa II – 3ª e 4ª série; Etapa III – 5ª e 6ª série e Etapa IV – 7ª e 8ª série. E os sujeitos do estudo foram duas estudantes da EJA.

O estudo em questão teve como objetivo geral investigar o perfil de educandas da EJA. E de forma específica descrever as dificuldades vivenciadas pelas educandas e conhecer o que pensam sobre a importância da EJA para sua formação. Para a elaboração deste estudo nos baseamos em alguns autores como KOLLING; NÉRY & MOLINA (1999), MARCONI; LAKATOS (2009), MCLAREN (1993), MARX (1988) e FREIRE (1989).

A seguir destacam-se os pontos principais da pesquisa refletindo sobre o perfil das educandas com também aspectos socioeconômicos no qual estão inseridas, explicitando a importância da EJA para melhoria das condições de vida destas mulheres, a metodologia utilizada neste estudo e a análise e discussão dos dados.

2. O PERFIL DAS EDUCANDAS: ALGUMAS REFLEXÕES

Refletir sobre o perfil das educandas da EJA exige uma análise histórica do papel da mulher na sociedade. Com esta pesquisa pode-se notar uma série de fatores que implicam no processo educacional feminino e colaboram para o não prosseguimento nos estudos, tais como gravidez na adolescência, iniciar a vida profissional desde muito cedo para complementação da renda familiar, falta de acesso ao ensino na idade certa, problemas familiares e financeiros.

Outros fatores que contribuem para a descontinuação dos estudos são: distância dos centros urbanos e mudança de cidade. Sabe-se que nas cidades do interior o acesso ao ensino

é mais escasso e muitas vezes inexistente, assim, corroborando para que muitas destas pessoas migrem para os centros urbanos aumentando os índices de analfabetismo.

A educação visa a criar condições favoráveis à construção da postura do ser humano por meio de diversos segmentos sociais. Sendo a escola uma dessas instâncias que viabilizam o processo educacional, cujas práticas são reveladas e os valores que as fundamentam.

Nota-se que o papel da mulher na sociedade vem passando por mudanças ao longo dos anos e que isso vem refletindo na educação. Verifica-se que hoje há uma maior participação e persistência das mulheres no prosseguimento e na continuidade dos estudos.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

A pesquisa sempre parte de um problema da vida prática de uma pergunta que em determinado momento o conhecimento disponível não oferece a resposta adequada. Para solucionar esse problema são levantadas hipóteses ou questões norteadoras, que representam as inquietações do pesquisador. Portanto, toda pesquisa baseia-se em uma teoria que serve como ponto de partida para a investigação.

A pesquisa é a atitude básica da ciência na sua construção da realidade, sendo considerado um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados em qualquer área de conhecimento, portanto, requer um tratamento científico e se constitui na direção para conhecer a realidade ou para descobrir novos fatos através da investigação (LAKATOS & MARCONI, 1991).

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa científica é de cunho qualitativa. As pesquisas qualitativas são exploratórias, ou seja, estimulam os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Elas fazem emergir aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. São usadas quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação. (MARCONI E LAKATOS, 2009).

O campo de pesquisa foi uma escola estadual localizada na zona norte da cidade de Teresina. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi implantada nesta escola no ano de 1984, com a denominação de Curso Supletivo, conforme dados encontrados em livros de registro de matrícula. Atualmente funciona com a Modalidade de Ensino (Educação de Jovens e Adultos – EJA), atendendo a 170 alunos nas quatro etapas do Ensino Fundamental. Essa modalidade, conforme a diretriz curricular para EJA deve desempenhar as funções reparadora, equalizadora e qualificadora, a fim de responder as especificidades de jovens e adultos que precisam associar o tempo de trabalho com o tempo da escola. Fazendo parte destas

comunidades uma clientela que não diferem da grande maioria das escolas públicas, muitas vezes desnutridos, provenientes de lares desfeitos ou desestruturados pela falta de emprego, violência, alcoolismo e uso de drogas (uma realidade constante no dia a dia dos alunos). A delinquência entre jovens é comum e a convivência diária com o crime banaliza a violência e a marginalidade, refletindo em alguns através de seus comportamentos em sala de aula, quer no trato com os colegas, professores e equipe gestora.

O instrumento utilizado foi o questionário. Segundo Marconi e Lakatos (2009), o questionário constitui um meio que permite coletar dados compostos, ou seja, uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito com ou sem a presença do entrevistador. Posteriormente realizamos pesquisa bibliográfica a cerca do tema para obtermos referenciais teóricos nas discussões discorridas no estudo.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Descrever o perfil das discentes da Educação de Jovens e Adultos é necessário para se entender as condições e as políticas voltadas para esta modalidade. A tabela a seguir irá ilustrar as falas de duas alunas da EJA de diferentes faixas etárias:

PERGUNTAS	ENTREVISTADA “A”	ENTREVISTADA “B”
Ano de Nascimento	28/03/1995	09/04/1964
Estado civil	Solteira	Casada
Quantidade de filhos	01	2
Mudou de cidade nos últimos anos?	Não	Venho do interior faz mais de 30 anos
Situação profissional	Desempregada	Desempregada
Profissão	Estudante	Dona de casa.
Idade em que começou a trabalhar	15 a 18 anos	Mais de 18 anos.
Usa ou usava no trabalho conhecimentos aprendidos na escola?	Sim	-
Que tipos de conhecimentos?	Educação, Matemática	-
Renda:	Até um salário.	Até um salário.
Usa o salário em:	Vestiário e alimentação	Vestiário e alimentação e educação.
Pretende mudar de profissão?	Sim	Sim
O que costuma ler?	Revista e livros	Revista e bíblia.
O que assiste na TV?	Filmes e novelas	Jornais.
Idade em que iniciou a vida escolar?	Entre 3 e 5 anos	Mais de 12 anos.
Interrompeu os estudos em que série?	Na 5ª série	Na 3ª série.
Que motivos a levou a	Mortes na família e o	Nascimento dos filhos.

interromper os estudos?	nascimento da filha.	
Com quantos anos voltou a estudar?	Com 18 anos	Com mais de 30 anos.
Quais os motivos?	Concluir o ensino.	Incentivo dos filhos
Qual a matéria mais fácil de aprender?	Matemática.	Ciências.
Qual a matéria mais difícil de aprender?	Inglês.	Matemática.
Qual é a dificuldade que enfrenta para estudar?	Nenhuma	Dificuldade de ler.
Resolve problemas com facilidade?	Sim.	Não
Faz cálculos com facilidade?	Sim.	Não
Até quando pretende estudar?	Até prestar vestibular.	Até concluir o Ensino Médio.
O que aprecia na escola?	As aulas, as conversas com os professores.	Gosto de aprender e do ambiente escolar.
O que menos aprecia?	Algumas merendas.	O dia que falta.
O que não aprecia na escola?	-	O dia que não há aula.

Fonte: Dados obtidos através de questionários.

As estudantes pesquisadas fazem partes de gerações diferentes e vivenciaram distintas experiências no percurso de suas vidas, sendo que nos relatos observam-se dois casos clássicos que causam a desistência por parte das mulheres em prosseguir os estudos. Inicialmente, a entrevistada atribui sua falta de escolarização a uma desestruturação familiar ocorrida em decorrência do falecimento de entes queridos. Segundo a educanda, que hoje se encontra em sala de aula, apesar de ter que cuidar da filha pequena isso não tem se tornado empecilho para os seus estudos, pois conta com o apoio da família.

O caso apresentado acima é muito comum entre as estudantes de EJA, sabe-se que a gravidez é uma das principais causas da evasão escolar de adolescentes em nosso país. Hoje nota-se que as turmas de EJA são formadas em sua maioria por jovens entre 15 e 24 anos, mostrando uma mudança no cenário da EJA, antes composta principalmente por pessoas de faixa etária mais avançada. Essa configuração se dá em decorrência da implantação do programa do governo Federal “Educação na idade certa”, que visa reduzir os percentuais de desencontro idade/série.

No segundo caso, observam-se fatores que são típicos de estudantes da EJA provenientes do campo: em primeiro lugar, a entrevistada deu início aos estudos no começo da adolescência por falta de escola próxima à comunidade onde vivia; em seguida, pela necessidade de trabalhar e ajudar a família teve que abandonar os estudos. Verifica-se que o acesso ao ensino nas regiões mais afastadas das áreas urbanas na época em que a entrevistada

necessitou alfabetizar-se era quase inexistente e também a falta de oportunidade de emprego e investimento no campo.

A EJA vem para dar oportunidades de acesso a uma formação para aqueles que não puderam ingressar no ensino regular na idade certa. Sabe-se que os estudantes da EJA representam uma parcela da população brasileira que mais é afetada com as injustiças sociais, que se defrontam diariamente com problemas como: a violência, a precariedade dos serviços oferecidos pelos órgãos públicos e com a corrupção por parte dos gestores. Quando analisamos os grupos que mais sofrem com a exclusão social, constatamos que as mulheres são de fato um grupo que é afetado diretamente com essa situação, e ao aprofundarmos as categorias vê-se que esse processo excludente só tende a aumentar. O tema discutido acima é reforçado pelo que diz McLaren:

No Brasil, a exemplo do que ocorre em diversos países, quando se fala dos grupos sem escolarização refere-se, em geral, às mulheres, pobres e afro-brasileiras e ou descendentes de grupos indígenas. Esse fato revela que os processos de exclusão social, em sua maioria, se dão de forma multifacetada, o que confere validade às versões da teorização crítica: é preciso desenvolver uma opção por uma visão do oprimido em muitos níveis: gênero, orientação sexual, raça, idade, classe, nacionalidade e grau de limitação física (MCLAREN, 1993, p. 37).

Os alunos da EJA são ricos em experiências, pois chegam à escola com crenças e valores já constituídos. Esses educandos têm níveis de conhecimento diferentes e são trabalhadores, desempregados, donas-de-casa, de origem rural e urbana, de etnias diferentes, entre outras, que buscam diferentes objetivos: alfabetização, realização pessoal, aumento da autoestima, afirmação e promoção profissional, continuidade nos estudos até chegar ao Ensino Superior.

A EJA apresenta aspectos que a diferenciam da escolarização regular e essa diferenciação não nos remete apenas a uma questão etária, mas, primordialmente, a uma questão de especificidade sócio-histórico-cultural. Ao longo dos anos, a EJA ocupou um espaço reduzido no sistema educativo, estando marcada por apresentar um caráter estritamente compensatório e por constituir lugar exclusivo e reconhecido dos desprovidos de valor social.

5. CONCLUSÃO

Em fim, é preciso que a escola e os educadores repensem no seu papel social e nas suas contribuições para a formação do cidadão como um ser crítico e reflexivo conhecedor dos seus direitos dando-lhes oportunidades para que eles sintam-se inserido no meio social e possam atuar ativamente nessa sociedade, tão desigual e excludente que está em constante

mudança. Espera-se que esta pesquisa sirva de alerta para que as pessoas responsáveis por esta modalidade de ensino não feche os olhos diante desta situação problemática que envolve a EJA, e passem a dar um pouco mais de atenção principalmente no se refere à educação das mulheres na Educação de Jovens e Adultos.

Ao longo dos anos, o avanço da tecnologia e da economia tem feito com que as pessoas sintam necessidade de retornar à sala de aula para aprimorar seus conhecimentos ou conseguir um diploma atestando uma escolarização mais elevada.

A EJA é uma educação possível e capaz de mudar significativamente a vida de uma pessoa, permitindo-lhe reescrever sua história de vida. Através desta pesquisa podemos constatar que a Educação de Jovens e Adultos voltada para mulheres é bastante importante e necessária para podemos entender melhor essa clientela.

Esse trabalho busca despertar o interesse de educadores para a realização de futuras pesquisas e trabalhos acadêmicos sobre a temática, procurando compreender a importância das educandas no processo de alfabetização na educação de jovens e adultos. Podemos concluir então que este trabalho contribui significativamente para o nosso crescimento profissional, pois este nos possibilita conhecer de forma aprofundada a temática em estudo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- KOLLING, Edgar J.; NÉRY, Irmão & MOLINA, Mônica C. (Org.). **Por uma educação básica do campo**. Brasília: UnB, 1999.
- LARATOS, Eva Maria. MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas: 1991.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Ciência e conhecimento científico fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. In: *Karl Marx - Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- MCLAREN, Peter; LEONARD, Peter. **Paulo Freire: um encontro crítico**. London, New York: Routledge, 1993.
- MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25.ed. Petrópolis. RJ: Nozes, 2007.
- Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL1163324-5604,00MULHERES+SAO+MAIORIA+EM+CURSOS+DO+EJA.html>>. Acesso em 30 ago. 2013.



COMUNICAÇÕES

RELAÇÃO DE TRABALHOS E AUTORES, POR ÁREA TEMÁTICA COMUNICAÇÕES ORAIS

ÁREA TEMÁTICA	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES
1. EDUCAÇÃO	A Importância da Informática Educativa na Formação de Professores em uma Escola Pública Estadual do Piauí	<u>Alex Sandro Coitinho Sant'Ana OK</u> Jardel da Silva Araújo
2. EDUCAÇÃO	Interdisciplinaridade no Curso de Pedagogia da UFPI: Implicações e Desafios	<u>Amanda Caroline Silva Pinheiro</u> Antonia Aline Oliveira de Andrade Sara Jane Álvares Oliveira Shalynália Tores de Sousa
3. EDUCAÇÃO	Diversidade Cultural: A Construção de uma Autêntica Democracia no Curso de Pedagogia da UFPI	<u>Antônia Aline Oliveira de Andrade OK</u> Amanda Caroline Silva Pinheiro Francisca Thais dos Santos Rocha Sayonara Rodrigues da Rocha Lima
4. EDUCAÇÃO	A Busca de Efetividade dos Direitos a Educação e Igualdade através da Política de Acesso e Permanência na Universidade Federal do Piauí	<u>Antônia Josélia Campelo Alves</u> Keuelanne Alves Carvalho
5. EDUCAÇÃO	Conhecendo a História por meio da Literatura: parceria Universidade-Escola Básica	<u>Cláudia Cristina da Silva Fontineles</u>
6. EDUCAÇÃO	Perspectiva da Transdisciplinaridade em Leitura de Texto Interpretativos no Pré-Vestibular Popular da UFPI	<u>Crisadália Oliveira Rodrigues</u> Luciene do Rêgo Silva Smael Maicon de Sousa Lima
7. EDUCAÇÃO	Experiência Desenvolvida na EJA numa Escola Estadual de Teresina: Relatos de Educandas de Diferentes Gerações	<u>Dalva Stela Queiroz Melo ok</u> Karoline Carvalho da Costa Valéria Silva Carioca Darlane Stela Queiroz Melo
8. EDUCAÇÃO	Alfabetização: Inclusão Escolar e Social	<u>Darlane Stela Queiroz Melo OK</u> Dalva Stela Queiroz Melo Valéria Silva Carioca Maria da Glória Carvalho Moura

9. EDUCAÇÃO	Utilização de Dinâmicas de Grupo pra Prevenção de Uso Abusivo de Drogas na Unidade Educacional Araci Lustosa	<u>Débora de Albuquerque Pereira OK</u> Bárbara de Albuquerque Pereira Marisa Ferreira de Sá Francisco Cleiton da Rocha
10. EDUCAÇÃO	<i>Bullying</i> entre Adolescentes no Ambiente Escolar: Uma Revisão Integrativa	<u>Elaine Costa de Sousa</u> Danila Barros Bezerra Leal Hisla Silva do Nascimento Iolanda Gonçalves de Alencar Figueiredo
11. EDUCAÇÃO	Perfil de Estudantes que frequentam o Programa Pré-ENEM do Vale do Gurguéia	<u>Emanuela Pereira e Silva</u> Kelly Cristine Rodrigues de Moura Robson de Sousa Nascimento
12. EDUCAÇÃO	Perfil de Estudantes Vulneráveis do Terceiro Ano do Ensino Médio e Políticas de Ingresso e Permanência no Ensino Superior	<u>Érica Milena da Fonseca Sousa</u> Antonia Amanda Lopes Frazão Lays Cristina Pereira Portela Rayane Gomes Abreu Bacelar
13. EDUCAÇÃO	Ensino de História: Construindo Prática e Saberes no Pré-Vestibular Popular	<u>Heitor Matos da Silva</u> Vinícius Alves Cardoso Micaías Andrade Rodrigues Lúcia Helena Bezerra Ferreira
14. EDUCAÇÃO	Estabelecendo conexões e vivências: O PIBID de História/UFPI como mecanismo de Extensão da Universidade na Educação Básica	<u>Iara Sâmea Costa Sousa</u> Cláudia Cristina da Silva Fontineles
15. EDUCAÇÃO	O Papel do Professor na Educação.	<u>Jaciara Ribeiro da Silva Cardoso</u>
16. EDUCAÇÃO	Educação Superior como Direito Social, Inserção no Mundo do Trabalho e Construção da Cidadania: Realidade ou Utopia?	<u>Jovina da Silva</u> Francisco Renato Lima
17. EDUCAÇÃO	PET Cidade, Saúde e Justiça - Três Anos de experiência e Aprendizado no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros em Picos – Piauí: Uma Retrospectiva de sua Intervenção aos Olhos do Participante	<u>Luan Cardoso Silva OK</u> Janille Maria Lima Ribeiro Ana Roberta Vilarouca da Silva
18. EDUCAÇÃO	Pré-Vestibular: Contribuições na formação Docente na UFPI	<u>Lucas Rafael Santos Costa OK</u> Lúcia Helena Bezerra Ferreira
19. EDUCAÇÃO	Trilha percorrida no Alcance do Objetivo Através do Pré-vestibular	<u>Lucia Helena Bezerra Ferreira</u> Micaías Andrade Rodrigues
20. EDUCAÇÃO	Curso de Extensão em Local de Educação não Formal para Enriquecer a Formação dos	<u>Micaías Andrade Rodrigues</u>

	Licenciados em Física	
21. EDUCAÇÃO	Relato de Experiência dos Professores de Biologia no Pré-Vestibular Popular da UFPI	<u>Mirna Andrade Bezerra</u> Adrielly da Silva Vieira Micaías Andrade Rodrigues Lúcia Helena Bezerra Ferreira
22. EDUCAÇÃO	O Papel do Pedagogo no projeto Pré-Vestibular Popular	<u>Raissa Ramos Roland OK</u> Joseane Veras Lima Milena Viana Medeiros Barbosa Micaías Andrade Rodrigues Lúcia Helena Bezerra Ferreira
23. EDUCAÇÃO	Implantação de um Jardim Didático como Instrumento de Ensino sobre Planta em uma Escola de Ensino Médio Intergral em Parnaíba, Norte do Piauí	<u>Ruanna Thaimires Brandão Souza OK</u> Gilmara Santos de Araújo Ruceline Paiva Melo Lins Jesus Rodrigues Lemos
24. EDUCAÇÃO	Erros Ortográficos e suas Implicações na Produção Textual de alunos do Ensino Fundamental.	<u>Sayonara Rodrigues da Rocha Lima OK</u> Antonia Aline Oliveira de Andrade Francisca Thaís dos Santos Rocha Sara Jane Alvares Oliveira
25. EDUCAÇÃO	Avaliação da Aprendizagem: Pressupostos e Prática Docente	<u>Sara Jane Alvares Oliveira</u> Amanda Caroline Silva Pinheiro Antônia Aline Oliveira de Andrade Francisca Thaís dos Santos Rocha
26. EDUCAÇÃO	Aplicando a Matemática no Cotidiano através das Questões do ENEM no Projeto Pré-Vestibular Popular	<u>Thalyson Patrick Martins da Silva</u> Marcelo Teixeira de Nazaré Lúcia Helena Bezerra Ferreira Micaías Andrade Rodrigues
27. EDUCAÇÃO	Produção de um Herbário Escolar como Ferramenta Didática para o Ensino de Botânica em uma Escola Pública de Ensino Médio na cidade de Parnaíba - Piauí	<u>Therezinha de Jesus Carvalho Barros OK</u> Maria de Jesus Miranda Nunes Thaynara Fontenele de Oliveira Jesus Rodrigues Lemos



COMUNICAÇÕES

RELAÇÃO DE TRABALHOS E AUTORES, POR ÁREA TEMÁTICA COMUNICAÇÕES ORAIS - EDUCAÇÃO

ÁREA TEMÁTICA	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORES
1. EDUCAÇÃO	A Importância da Informática Educativa na Formação de Professores em uma Escola Pública Estadual do Piauí	<u>Jardel da Silva Araújo OK</u> Alex Sandro Coitinho Sant'Ana
2. EDUCAÇÃO	Interdisciplinaridade no Curso de Pedagogia da UFPI: Implicações e Desafios	<u>Amanda Caroline Silva Pinheiro</u> Antonia Aline Oliveira de Andrade Sara Jane Álvares Oliveira Shalynália Tores de Sousa
3. EDUCAÇÃO	Diversidade Cultural: A Construção de uma Autêntica Democracia no Curso de Pedagogia da UFPI	<u>Antônia Aline Oliveira de Andrade OK</u> Amanda Caroline Silva Pinheiro Francisca Thais dos Santos Rocha Sayonara Rodrigues da Rocha Lima
4. EDUCAÇÃO	A Busca de Efetividade dos Direitos a Educação e Igualdade através da Política de Acesso e Permanência na Universidade Federal do Piauí.	<u>Antônia Josélia Campelo Alves</u> Keuelanne Alves Carvalho
5. EDUCAÇÃO	Economia Solidária: Desenvolvendo a Comunidade como um todo.	<u>Bárbara Beatriz de Sousa</u>
6. EDUCAÇÃO	Conhecendo a História por meio da Literatura: parceria Universidade-Escola Básica	<u>Cláudia Cristina da Silva Fontineles OK</u>
7. EDUCAÇÃO	Perspectiva da Transdisciplinaridade em Leitura de Texto Interpretativos no Pré-Vestibular Popular da UFPI	<u>Crisadália Oliveira Rodrigues</u> Luciene do Rêgo Silva Smael Maicon de Sousa Lima
8. EDUCAÇÃO	Experiência Desenvolvida na EJA numa Escola Estadual de Teresina: Relatos de Educandas de Diferentes Gerações	<u>Dalva Stela Queiroz Melo OK</u> Karoline Carvalho da Costa Valéria Silva Carioca Darlane Stela Queiroz Melo
9. EDUCAÇÃO	Alfabetização: Inclusão Escolar e Social	<u>Darlane Stela Queiroz Melo OK</u> Dalva Stela Queiroz Melo Valéria Silva Carioca Maria da Glória Carvalho Moura

10. EDUCAÇÃO	Utilização de Dinâmicas de Grupo pra Prevenção de Uso Abusivo de Drogas na Unidade Educacional Araci Lustosa	<u>Débora de Albuquerque Pereira OK</u> Bárbara de Albuquerque Pereira Marisa Ferreira de Sá Francisco Cleiton da Rocha
11. EDUCAÇÃO	Perfil de Estudantes que frequentam o Programa Pré-ENEM do Vale do Gurguéia	<u>Emanuela Pereira e Silva</u> Kelly Cristine Rodrigues de Moura Robson de Sousa Nascimento
12. EDUCAÇÃO	Perfil de Estudantes Vulneráveis do Terceiro Ano do Ensino Médio e Políticas de Ingresso e Permanência no Ensino Superior	<u>Antonia Amanda Lopes Frazão</u> Érica Milena da Fonseca Sousa Lays Cristina Pereira Portela Rayane Gomes Abreu Bacelar
13. EDUCAÇÃO	Ensino de História: Construindo Prática e Saberes no Pré-Vestibular Popular	<u>Heitor Matos da Silva OK</u> Vinícius Alves Cardoso Micaías Andrade Rodrigues Lúcia Helena Bezerra Ferreira
14. EDUCAÇÃO	Estabelecendo conexões e vivências: O PIBID de História/UFPI como mecanismo de Extensão da Universidade na Educação Básica	<u>Iara Sâmea Costa Sousa</u> Cláudia Cristina da Silva Fontineles
15. EDUCAÇÃO	O Papel do Professor na Educação.	<u>Jaciara Ribeiro da Silva Cardoso</u>
16. EDUCAÇÃO	Educação Superior como Direito Social, Inserção no Mundo do Trabalho e Construção da Cidadania: Realidade ou Utopia?	<u>Jovina da Silva</u> Francisco Renato Lima
17. EDUCAÇÃO	Percepção de gestoras do município de Parnaíba em relação à acessibilidade de crianças com deficiência matriculadas na rede municipal	<u>Kamila Santos da Silva</u> Luzivan Francisco Gonçalves Rebeca Barbosa da Rocha Alessandra Tanuri Magalhães
18. EDUCAÇÃO	A Transformação da identidade dos bolsistas do PET - Cidade, Saúde e Justiça a partir de estudos e práticas psicossociais na cidade de Picos-PI.	<u>Larice Íris Marinho Moura</u> Ana Roberta Vilarouca da Silva Janille Maria Lima Ribeiro
19. EDUCAÇÃO	PET Cidade, Saúde e Justiça - Três Anos de experiência e Aprendizado no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros em Picos – Piauí: Uma Retrospectiva de sua Intervenção aos Olhos do Participante	<u>Luan Cardoso Silva OK</u> Janille Maria Lima Ribeiro Ana Roberta Vilarouca da Silva
20. EDUCAÇÃO	Pré-Vestibular: Contribuições na formação Docente na UFPI	<u>Lucas Rafael Santos Costa OK</u> Lúcia Helena Bezerra Ferreira
21. EDUCAÇÃO	Trilha percorrida no Alcance do	<u>Lucia Helena Bezerra Ferreira</u>

	Objetivo Através do Pré-vestibular	Micaías Andrade Rodrigues
22. EDUCAÇÃO	Curso de Extensão em Local de Educação não Formal para Enriquecer a Formação dos Licenciados em Física	<u>Micaías Andrade Rodrigues</u>
23. EDUCAÇÃO	Relato de Experiência dos Professores de Biologia no Pré-Vestibular Popular da UFPI	<u>Mirna Andrade Bezerra</u> Adrielly da Silva Vieira Micaías Andrade Rodrigues Lúcia Helena Bezerra Ferreira
24. EDUCAÇÃO	O Papel do Pedagogo no projeto Pré-Vestibular Popular	<u>Raissa Ramos Roland OK</u> Joseane Veras Lima Milena Viana Medeiros Barbosa Micaías Andrade Rodrigues Lúcia Helena Bezerra Ferreira
25. EDUCAÇÃO	Implantação de um Jardim Didático como Instrumento de Ensino sobre Planta em uma Escola de Ensino Médio Intergral em Parnaíba, Norte do Piauí	<u>Ruanna Thaimires Brandão Souza OK</u> Gilmar Santos de Araújo Ruceline Paiva Melo Lins Jesus Rodrigues Lemos
26. EDUCAÇÃO	Erros Ortográficos e suas Implicações na Produção Textual de alunos do Ensino Fundamental.	<u>Sayonara Rodrigues da Rocha Lima OK</u> Antonia Aline Oliveira de Andrade Francisca Thaís dos Santos Rocha Sara Jane Alvares Oliveira
27. EDUCAÇÃO	Avaliação da Aprendizagem: Pressupostos e Prática Docente	<u>Sara Jane Alvares Oliveira OK</u> Amanda Caroline Silva Pinheiro Antônia Aline Oliveira de Andrade Francisca Thaís dos Santos Rocha
28. EDUCAÇÃO	Aplicando a Matemática no Cotidiano através das Questões do ENEM no Projeto Pré-Vestibular Popular	<u>Thalyson Patrick Martins da Silva</u> Marcelo Teixeira de Nazaré Lúcia Helena Bezerra Ferreira Micaías Andrade Rodrigues
29. EDUCAÇÃO	Produção de um Herbário Escolar como Ferramenta Didática para o Ensino de Botânica em uma Escola Pública de Ensino Médio na cidade de Parnaíba, Piauí	<u>Therezinha de Jesus Carvalho Barros OK</u> Maria de Jesus Miranda Nunes Thaynara Fontenele de Oliveira Jesus Rodrigues Lemos
30. EDUCAÇÃO	ÁFRICA - um Continente a Desbravar	<u>Jandira Francisco Soares</u> Usman Abdulhadi Usman Alassan da Silva Jocilene do Rosário Gomes Maria do Carmo Alves do Bonfim

31. EDUCAÇÃO	Importância da didática no ensino de química no pré-vestibular popular oferecido pela UFPI e seus impactos na comunidade.	<u>Francisco Edson de Moura Soares</u> Gustavo Frederico da Costa Sousa Helena Pires Pereira Micaías Andrade Rodrigues Lúcia Helena Bezerra Ferreira
32. EDUCAÇÃO	As diversas contribuições do pré-vestibular popular para a formação do futuro professor de física e para a comunidade diretamente beneficiada	<u>Wendel Isac Pereira Viana</u> Carlan Plácido de Holanda Silva Micaías Andrade Rodrigues Lúcia Helena Bezerra Ferreira

LOCAL DA APRESENTAÇÃO: AUDITORIO SALOMÉ CABRAL
HORÁRIO: A PARTIR DAS 15 HORAS

Estabelecendo conexões e vivências: O PIBID de História/UFPI como mecanismo de Extensão da Universidade na Educação Básica

Iara Sâmea Costa Sousa

iarasamea@hotmail.com

Bolsista PIBID/CAPES- HISTÓRIA/UFPI

Prof^a. Dra: Claudia Cristina da Silva Fontineles (Orientadora)

Coordenadora de Área (PIBID/CAPES- HISTÓRIA/UFPI)

Universidade Federal do Piauí – UFPI (Campus Ministro Petrônio Portella)

Resumo: Este trabalho pretende apresentar a contribuição do PIBID de História/UFPI para a formação do graduando- enquanto bolsista, destacando o programa como uma atividade do curso de licenciatura em História que permite seus integrantes/bolsistas experienciar a dimensão *Extensão* na Educação Básica. Definida como um dos eixos fundamentais para a existência das universidades e inserida no Estatuto da UFPI, a *Extensão* não pode ser encarada apenas como um apêndice das ações desempenhadas pelos cursos oferecidos no cenário universitário e sim deve ser tratada articulada às dimensões *Ensino e Pesquisa* dos currículos da Universidade Federal do Piauí tendo por objetivo capacitar qualitativamente seus graduandos para uma formação profissional competente na área de História.

Palavras- chave: *PIBID de História; Extensão; Educação básica*

Introdução

Um dos maiores “receios” de alguns graduandos [iniciantes ou não] dos cursos de Licenciaturas é o contato com a sala de aula e suas implicações [turmas indisciplinada, desrespeito/ desvalorização profissional seja da parte do meio escolar- pares, estudantes ou gestores escolar, gestores públicos, que consiste em problemáticas já ouvidas e/ou vivenciadas por estes graduandos, de modo que a maioria dos relatos se referem enfaticamente aos aspectos negativos da Educação Básica.

No âmbito de mais de 195 instituições de ensino superiores espalhadas pelo Brasil faz-se presente o Programa Institucional de Iniciação à Docência –PIBID, que inserindo-se nas mais diversas áreas do conhecimento: Humanas, Exatas e Ciências da Natureza tem promovido o contato e/ou o reencontro de graduandos/bolsistas com a sala de aula da educação básica pública.

O PIBID é um Programa do Ministério da Educação e Cultura (MEC), sob gerência da CAPES -Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior que visa promover o desde o início de formação acadêmica o contato do graduando com a educação básica. Graduandos do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Piauí(UFPI), no Campus Petrônio Portella(Teresina-PI) tem experienciado desde 2010 a educação básica através do PIBID/CAPES.

O PIBID de História da UFPI tem ao longo dos anos atuado como um mecanismo de *Extensão* da Universidade na educação Básica. *Como o PIBID de História/UFPI insere-se na dimensão de Extensão apregoada no Estatuto da UFPI? E que contribuições o PIBID/CAPES-HISTÓRIA/UFPI inserido nesta dimensão [Extensão] fornece para a prática docente?* As reflexões apresentadas neste trabalho decorrem das questões acima citadas.

Metodologia

Para construção deste trabalho, alia-se as contribuições de teóricos que abordam sobre formação docente; ensino de História; os documentos institucionais da UFPI (Estatuto; Normas de Funcionamento de Cursos da Graduação); além das experiências e reflexões obtidas ao longo da trajetória no PIBID de História/UFPI.

O Estatuto da Universidade Federal do Piauí que apregoa acerca das dimensões *Ensino, Pesquisa e Extensão*, esta indissociável apresenta objetivos relevantes para a melhoria da sociedade: acesso ao ensino superior; aperfeiçoamento/crescimento na produção e/ou construção do conhecimento, de modo que tais conhecimento e produções ofereçam melhorias para a comunidade em que os graduandos estão inseridos.

O PIBID/HISTÓRIA do Campus Ministro Petrônio Portella constitui-se como uma das diversas atividades complementares da graduação - já que é desenvolvido no período de formação e que permite ao graduando obter no âmbito do currículo, os saberes e habilidades necessárias à sua formação [conforme caracterização das Normas de funcionamento dos cursos de graduação da UFPI], além de que possibilitar aos graduandos vivenciar na educação básica as dimensões: do *Ensino*, da *Pesquisa* e da *Extensão*. Esta última será o foco deste trabalho.

Por ser uma atividade complementar do curso de Licenciatura em História da UFPI, o PIBID contempla a dimensão *Extensão* no que se refere ao Artigo 42 do Estatuto

da Universidade Federal do Piauí que menciona: “*A Universidade contribuirá, através de atividades de extensão, para o desenvolvimento educacional, cultural e sócio-econômico da comunidade*” (1973, p. 11).

O artigo 43, do referido Estatuto nos diz que:

A extensão poderá alcançar o âmbito de toda a coletividade, ou dirigir-se a pessoas e instituições públicas ou privadas, abrangendo cursos que serão realizados no cumprimento de planos, programas e projetos específicos. (1973, p. 11).

O PIBID de HISTÓRIA/UFPI insere o graduando na sala de aula, possibilitando-o conviver com a dinâmica do meio escolar, mobilizando interferências, interações, novas ações metodológicas na arte de ensinar História, fazendo-o refletir sobre o seu ofício e papel frente a sociedade.

A *Extensão* é vivenciada pelos bolsistas/graduandos de História do Campus Ministro Petrônio Portella acontece através da conexão que se estabelece entre comunidade acadêmica e a comunidade escolar visando com isso melhorias a partir da atuação de graduandos na sua área de inserção.

A *Extensão* se visualiza e se vivencia também por meio da interrelação: professor universitário-graduando/bolsista- co-orientador/formador/ na Educação Básica Pública, que se direciona para um público alvo- que é a comunidade escolar local, mas com foco no desenvolvimento qualitativo da Educação através da contribuição/ação de cada dos já citados elemento participe do Programa.

A interrelação: professor universitário-graduando/bolsista- co-orientador/formador/ na Educação Básica Pública favorece a aprendizagem do saber docente através das vivências do bolsista na Educação Básica, saber docente esse que segundo Fonseca:

É constituído pelo conhecimento específico da disciplina, no caso o conhecimento historiográfico, os saberes curriculares (objetivos, conteúdos, metodologias e materiais), os saberes pedagógicos (concepções sobre a atividade educativa) e os saberes práticos da experiência. Assim, o historiador-educador ou professor de história é alguém que domina não apenas os mecanismos de produção do conhecimento histórico, mas um conjunto de saberes, competências e habilidades que possibilitam o exercício profissional da docência. (FONSECA, 2003)

A dimensão *Extensão* estabelecido no Estatuto da UFPI também se visualiza por meio da atuação dos pibidianos de História da referida IES, mobiliza-os na reflexão a respeito do ensino e da aprendizagem na área de História levando-nos a compreender a

declaração de Philippe Perrenoud, quando nos diz acerca da importância do professor reflexivo:

Um “professor reflexivo” não pára de refletir a partir do momento em que consegue sobreviver na sala de aula, no momento em que consegue entender melhor sua tarefa e em que seu angústia diminui. Ele continua progredindo na sua profissão mesmo quando não passa por dificuldades e nem por situações de crise, por prazer ou porque não o pode evitar, pois a reflexão transformou-se em uma forma de identidade e satisfação profissionais. Ele conquista métodos e ferramentas conceituais baseado em diversos saberes e, se for possível, conquista-os mediante interação com outros profissionais. Essa reflexão constrói novos conhecimentos, os quais com certeza são reinvestidos na ação. Ele [o profissional reflexivo] reexamina constantemente seus objetivos, seus procedimentos, suas evidências e seus saberes. Ele ingressa em um ciclo permanente de aperfeiçoamento (PERRENOUD, 2002).

Considerações Finais

Como uma atividade complementar acadêmica e como mecanismo que permite vivenciar na educação básica a dimensão da *Extensão*, O PIBID/CAPES-HISTÓRIA/UFPI proporciona ganho tanto para a escola colocando-a como participe do processo formativo do graduando, auxiliando-o através da colaboração da comunidade escolar [funcionários, diretores e outros colaboradores de outros projetos, como o programa *Mais Educação*] a adquirir vivências que lhe permita futuramente voltar a Educação Básica [como docente] com novas perspectivas.

Para academia o PIBID/CAPES- HISTÓRIA/UFPI fornece contribuições aos coordenadores de área, já que estes estão em contato mais próximo com a realidade escolar e as dificuldades apresentadas no dia a dia dos bolsistas, podendo dessa forma repensar os elos necessários entre a sua área de ação e as carências existentes na educação básica, mobilizando ações junto aos docentes da educação Básica e o suscitar de discussões acerca da formação docente dentro da IES.

O PIBID de História/UFPI proporciona ao graduando (re) pensar o seu processo formativo e a sua atuação como futuro docente construindo um significativo leque vivências na educação básica por meio da sua área de atuação- promovendo reflexões/discussões e atuações sobre metodologias que proporcionem o ensino significativo para os educandos da educação básica- contribuindo dessa forma para a melhoria de ensino.

APOIO: PIBID/CAPES e UFPI

Fontes Consultadas:

FONSECA, Selva Guimarães. Como nos tornamos professores de história: A formação inicial e continuada IN: *Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizagens*. Campinas, SP: Papyrus, 2003. (p. 59- 87).

PERRENOUD, Philippe. Da reflexão na essência da ação a uma prática reflexiva. IN: *A prática reflexiva no ofício de professor: Profissionalização e razão pedagógica*. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artemed, 2002.

Sites:

- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES/ PIBID. Brasília, DF. 2006.

* Disponível em > <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid> < acesso em: 07/ Novembro/ 2013 às 22:16:08 hs.

* Disponível em > <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid> < acesso em: 08/ Novembro/ 2013 às 08:48:06hs.

* Disponível em > <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/relatorios-e-dados> < acesso em 10/Novembro/2013 às 15:02:50 hs,

- Estatuto da Universidade Federal do Piauí/ UFPI (1973). Disponível em> http://www.ufpi.br/arquivos/File/estatutos_e_regimentos/estatuto_ufpi.pdf >acesso em: 09/Novembro/2013 às 13:10:00 hs.

- Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Piauí/UFPI Teresina, PI (2012). Disponível em > [http://www.ufpi.br/arquivos/File/normas%20da%20graduacao%20APROVADO%20C EPEX%20\(2\).pdf](http://www.ufpi.br/arquivos/File/normas%20da%20graduacao%20APROVADO%20C EPEX%20(2).pdf) > acesso em 29/ Junho/ 2013 às 17:45:57hs.

PRÉ-VESTIBULAR: contribuições na formação docente na UFPI¹. Lucas Rafael Santos Costa; 2. Lúcia Helena Bezerra Ferreira

1. Graduando do curso de História pela UFPI e ex-bolsista do Pré-vestibular Popular.
2. Professora pela Universidade Federal do Piauí e Coordenadora do PRÉ_VESTIBULAR POPULAR.

Introdução

A Universidade Federal do Piauí através da Pró-Reitoria de Extensão (PREX) desenvolve vários programas de extensão, sendo um deles o Pré-vestibular² Popular que existe desde 2000. Até o presente momento o programa beneficiou dezenas de estudantes de baixa renda, dando-lhes suporte nas várias dimensões do ensino e consequentemente a oportunidade de ingressar em uma instituição de ensino superior. O programa objetiva a preparação de alunos para o ingresso em instituições de ensino superior onde os professores são os acadêmicos do próprio campus que estão aprendendo a ser professor permitindo-lhes exercer a profissão docente que é aprendida na academia.

Em 2013 o programa recebeu uma nova nomenclatura, e passou a ser chamado PRÉ-ENEM, a mudança ocorreu em razão de não haver mais o tradicional vestibular, e agora tão somente o ENEM, constitui-se como único meio de ingresso nas universidades públicas do estado do Piauí. O ENEM serve também para outros programas do governo como o PROUNI e o FIES, oportunizando jovens a tão desejada vaga na universidade, a que o programa se propõe por meio de uma educação de qualidade dos seus próprios formandos a torna realidade este sonho a pessoas de baixa renda oriundas da rede pública de ensino.

Atuei no programa Pré-vestibular Popular nos anos de 2011 e 2012 quando saí para ingressar no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID/HISTÓRIA/UFPI) onde estou até o presente momento. Minha saída do programa após dois anos de atuação foi estratégica, e permitiu-me a partir destas experiências adquiridas assimilar outras experiências acadêmicas no âmbito do ensino superior qualificando minha

¹ Trabalho apresentado sob orientação da professora coordenadora do projeto extensionista Lúcia Helena Bezerra Ferreira.

² Como mencionado no texto a nomenclatura foi mudada em 2013 de PRÉ-VESTIBULAR para PRÉ-ENEM, mas continuo a utilizar a antiga nomenclatura por ser este o nome quando atuei no programa nos anos 2011 e 2012.

formação profissional. Com isso, Este trabalho objetiva analisar em que medida o Pré-vestibular contribui para o aprendizado da profissão docente em história.

Metodologia

A discussão sobre a profissão docente terá como referencial teórico o educador e escritor Rubem Alves (1985), que propõe um tipo de professor vocacionado, provocador, capaz de criar a alegria de pensar nos alunos. Ele cria um perfil comparativo de professor-profissional, o operador do conhecimento e o professor-educador que é aquele que se constitui por vocação, amor, e de Jaime Cordeiro (2007), que discorre sobre a identidade profissional, mudanças e permanências na natureza da profissão docente e crise e por fim Paulo Freire (1996) em sua pedagogia da autonomia destacando os saberes necessários à prática educativa. Serão destacados também quais os saberes e competências necessários ao exercício eficiente da docência como os saberes profissionais ou pedagógicos, saberes disciplinares, saberes curriculares e saberes experienciais e nisso esclarecer como o Pré-vestibular contribui na concretização desses saberes na formação docente em história.

Resultados e Discussão

Os bolsistas integrantes do Pré-vestibular têm a possibilidade de desenvolver boas aulas sob orientação de um docente da licenciatura da UFPI (professor coordenador), auxílio na geração de conhecimento e na colaboração do ensino no projeto e qualificação profissional. E como resultado, temos o desenvolvimento do profissional docente, neste caso específico em história mais também em outras áreas do conhecimento. Este se constitui como um programa que permite ao graduando colocar em prática os conhecimentos adquiridos na academia onde ele se vê na prática os desafios da docência. O grande educador Rubem Alves em seu livro ilustre “Conversas com quem gosta de ensinar” chama o leitor para suas práticas enquanto educador vocacionado, aquele capaz de despertar nos alunos a verdadeira vontade de aprender, questionar, a curiosidade, ou seja, o professor provocador diferente do mero conteudista, como afirma Paulo Freire³ “ensinar não é transmitir conhecimento”.

Em 2011 quando ingressei no Projeto Pré-Vestibular foram ofertadas 180 (cento e oitenta) vagas, distribuídas em 3 (três) turmas no turno da noite a partir das 18h às 22h (segunda à sexta) e aos sábados das 14h às 19h nas dependências da UFPI e é um desafio

³FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 6^o ed. 1996.

enorme e gratificante ao graduando demonstrar competência dos saberes pedagógicos saberes profissionais ou pedagógicos, saberes disciplinares, saberes curriculares e saberes experienciais (COREDEIRO, 2007) e também saberes indispensáveis a prática docente de educadores críticos, progressistas. Onde é exigido constantemente do professor em formação a reflexão crítica sobre a prática se torna uma relação teoria/prática. Segundo Paulo Freire (FREIRE, 1996) ensinar exige pesquisa, criticidade, comprometimento, segurança, competência profissional e os bolsistas devem apresentar domínio sobre estes saberes em sala de aula garantindo a ele uma experiência desafiadora e impar em sua formação docente.

Considerações Finais

A partir desta discussão o que se verificou é que o Pré-Vestibular contribui para a formação docente em história na UFPI, na medida em que permite o aprendizado da docência. O programa ainda na graduação incentiva as experiências que estimulam o domínio dos diferentes saberes referido por Paulo Freire e Jaime Cordeiro, bem como a identificação com a docência na dimensão do professor-educador, extremamente relevante no âmbito da educação na medida em que contribui de forma impar na formação e qualificação dos futuros profissionais licenciados em educação.

Outro resultado positivo é a aprovação dos estudantes do Pré-Vestibular em instituições de ensino superior, como a própria UFPI, além de outras instituições públicas como a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), e o Instituto Federal do Piauí. Os estudantes do programa na sua grande maioria conseguem se integrar a alguma instituição de ensino superior, além do mais tem o PROUNI e FIES onde é grande o índice de aprovação.

PALAVRAS-CHAVE: Pré-vestibular; Formação Docente; História;

Referências

ALVES, Rubem. *Conversas com quem gosta de ensinar*. Ed: Cortez, 18^oed.

CORDEIRO, Jaime. *Didática*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 6^o ed. 1996.

A importância da Informática Educativa na formação de professores em uma escola pública estadual do Piauí¹

Alex Sandro Coitinho Sant'Ana (1)

Jardel da Silva Araújo (2)

(1) Universidade Federal do Piauí. Professor do curso de Pedagogia do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros;

(2) Universidade Federal do Piauí. Graduando em Pedagogia do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros.

Resumo

Devido à inserção em massa do uso do computador nas escolas e as discussões a respeito destas novas tecnologias no cotidiano escolar realizou-se esta pesquisa de campo que tem por objetivo analisar um processo de formação dos professores do Ensino Fundamental da Escola Estadual Teresinha Nunes situada na cidade de Picos-PI beneficiada com a instalação do curso de extensão oferecido pela UFPI, voltada para a capacitação dos professores desse referida unidade escolar, para que pudessem utilizar os vários *softwares* livres na prática pedagógica. O caminho metodológico da pesquisa se utilizou da abordagem qualitativa, empregando, como método de pesquisa, o estudo de caso único, em virtude da concentração da investigação apenas nessa escola da Rede Estadual de Ensino.

Palavras-chave: Formação de professores, software livre, TIC's.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como temática a informática na educação, evidenciando sua importância na formação de professores. Este artigo se baseia na experiência da introdução da Informática Educativa em uma escola da rede estadual de ensino do Piauí, mediante a realização de um curso de extensão universitária que tinha como temática a formação continuada de professores para a tessitura de redes de conhecimento na utilização de *softwares* livres educativos do Linux Educacional 3.0. Essa supracitada escola foi beneficiada no ano de 2012 com a instalação de um laboratório de informática sendo esse um pré-requisito para a realização do curso de extensão universitária bem

¹ Texto vinculado a uma ação extensionista proposta no Projeto de Extensão “Desenho educacional de conteúdos digitais para a implementação de cursos de formação de professores”, cadastrado na CPPEX, registro nº 19-PI-2012, com período de execução de Abril de 2012 a Março de 2014, coordenado pelo Prof. Me. Alex Sandro Coitinho Sant'Ana.

como a manifestação de interesse dos profissionais da escola em participarem da atividade formativa.

É comum visitarmos escolas e nos depararmos com o laboratório de informática vazio, e não raro sem uso. Podemos facilmente ouvir justificativas de que não há profissionais qualificados, ou que as crianças quebram os computadores e por isso eles não devem ser usados (RAIÇA, 2008, p. 27).

A atividade de extensão que permitiu a concretização deste estudo foi ofertada pela Universidade Federal do Piauí, mediante um professor do curso de Pedagogia e um aluno bolsista de graduação, ambos vinculados ao Campus Senador Helvídio Nunes de Barros localizado no município de Picos-PI. O curso contou com a presença de 26 professores de uma unidade escolar situada na mesma localidade. Neste estudo há ênfase na introdução da Informática Educativa em suas possibilidades de utilização no âmbito escolar tendo em vista a importância que poderá exercer no meio educacional contemporâneo e mais especificamente nas ações de professores do Ensino Fundamental.

Uma escola que prepara os professores, para um ensino focado na aprendizagem viva, criativa, experimentadora, presencial-virtual, com professores menos “falantes”, mais orientadores, ajudando a aprender fazendo [...] A educação poderá tornar-se cada vez mais participativa, democrática, mediada por profissionais competentes. [...] (MORAN, 2008, p.48-49).

Vislumbra-se a possibilidade de que a concretização deste estudo possa contribuir na busca constante por uma formação específica para a plena atuação na área de Informática Educativa pelos professores, visando assim auxiliar no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, pelo fato de que a informática está cada vez mais presente nos ambientes escolares, na vida dos alunos e, de maneira geral, em diferentes instituições.

2. INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO: NOVAS PERSPECTIVAS

Conforme Valente (1993, p. 10), o uso da informática na educação tem diversos significados dependendo da visão educacional e da condição pedagógica em que o computador é utilizado. Sob essa ótica, é importante mencionar que a informática na educação pode significar, em um de seus paradigmas, a inserção do computador no processo de aprendizagem dos conteúdos curriculares de todos os níveis e modalidades de educação sendo essa perspectiva a constatada neste estudo. No entanto menciona-se abaixo uma síntese de diferentes paradigmas que compõe as possibilidades de

uso do computador na educação.

O computador é uma máquina que dispõe de uma ampla quantidade de programas sendo capaz de realizar um grandioso número de tarefas indispensável ao processo de aprendizado. Assim a tecnologia é definida como a expressão material de um processo que se manifesta através de instrumentos e máquinas, dentre outros, cuja suposta finalidade é melhorar as condições da vida humana. Portanto, está intimamente ligada ao progresso humano em suas várias áreas de atuação e conquistas materiais. Segundo Valladares (2001, p. 27), “a tecnologia pode ser definida como um conjunto organizado de conhecimentos e informações, provenientes de metodologias e fontes diversificadas como invenções e descobertas científicas, objetivando a produção de bens e serviços”.

Assim, o computador deve ser um aliado na construção do conhecimento dos alunos, isto é, não deve somente transmitir informações, mas também ser um instrumento colaborativo na edificação do raciocínio, propiciando a vivência de uma experiência própria. Assim, o computador deve ser usado interligando ao mesmo as disciplinas curriculares, onde através de atividades em grupo, os alunos constroem seu conhecimento, cooperando uns com os outros, tornando as aulas mais atrativas e edificantes.

Nesse sentido, para o sucesso desta abordagem, é necessária a presença do professor e cuidados com sua formação, sua vivência, sua experiência para que ocorra a utilização de técnicas computacionais e pedagógicas aliadas à educação. Pode-se dizer que quando o aluno interage diretamente com o computador, ele consegue desenvolver o seu raciocínio, pois o computador é um meio, dentre outros, que oferece oportunidade de reflexão e raciocínio, enriquecendo o processo ensino-aprendizagem, enriquecendo a prática docente, onde os conceitos ensinados mediante uma análise e reflexão do problema, contribuindo assim para o seu desenvolvimento mental. Entretanto, destaca-se que a abordagem construcionista exige do professor contínua reflexão e investigação de sua própria prática pedagógica em relação ao planejamento, metodologia e resultados obtidos por meio do uso da tecnologia em sala de aula, possibilitando ao professor questionar-se sobre a si mesmo, sua prática docente, o sistema educacional, entre outros, evidenciando valores éticos e morais.

Assim, vale mencionar que com essa atuação crítica, reflexiva e coerente é possível criar um ambiente de cooperação e uma construção de conhecimento não apenas favorável para os alunos, mas também para o próprio professor, como real significado de sua profissão, pois:

O educador é um eterno aprendiz, que realiza uma “leitura” e uma reflexão sobre sua própria prática. O professor procura constantemente depurar a sua prática, o seu

conhecimento. Sua atitude transforma-se em um modelo para o educando, uma vez que “vivencia e compartilha com os alunos a metodologia que está preconizando” (VALENTE, 1993, p. 19).

Destaca-se que o ser humano é um constante aprendiz que procura, no decorrer de sua vivência em sociedade, utilizar meios que favoreçam na sua atuação plena e crítica de modo responsável e ético sendo que Moran (2004, p. 53) destaca que “a grande tecnologia é o ser humano. As tecnologias são extensões da nossa mente e do nosso corpo”. Por isso, o professor precisa respeitar os diferentes estilos e ritmos, desafiar o aluno em um nível de pensamento superior ao trabalhado. Incitar a aprender. O professor é o consultor, articulador, orientador, especialista e facilitador do processo de desenvolvimento pelo aluno, conforme discute Fugita (2005, p. 6).

3. O SER HUMANO DIANTE DO USO DA INFORMÁTICA

A Informática vem adquirindo cada vez mais relevância no cenário educacional. Sua utilização como instrumento de aprendizagem e sua ação no meio social vem aumentando de forma rápida entre nós. Nesse sentido, a educação vem passando por mudanças estruturais e funcionais frente a essa nova tecnologia. Segundo Fróes (1996, p. 23):

A tecnologia sempre afetou o homem: das primeiras ferramentas, por vezes consideradas como extensões do corpo, à máquina a vapor, que mudou hábitos e instituições, ao computador que trouxe novas e profundas mudanças sociais e culturais, a tecnologia nos ajuda, nos completa, nos amplia [...]. Facilitando nossas ações, nos transportando, ou mesmo nos substituindo em determinadas tarefas, os recursos tecnológicos ora nos fascinam, ora nos assustam.

Pode-se destacar que o uso das tecnologias não causa mudanças apenas no que fazemos, mas também em nosso comportamento, na forma como elaboramos conhecimentos e no nosso relacionamento com o mundo.

Dessa forma, os recursos atuais da tecnologia, os novos meios digitais: a multimídia, a Internet, a telemática traz novas formas de ler, de escrever e, portanto, de pensar e agir. O simples uso de um editor de textos mostra como alguém pode registrar seu pensamento de forma distinta daquela do texto manuscrito ou mesmo datilografado, provocando no indivíduo uma forma diferente de ler e interpretar o que escreve, forma esta que se associa, ora como causa, ora como consequência, a um pensar diferente, conforme problematiza Fróes (1996, p. 25).

Assim, ao ter esse contato direto com o computador, o ser humano aprende, e, ao mesmo tempo, participa ativamente da transformação do mundo à sua volta. Neste aspecto, as tecnologias podem ser entendidas como formas de manifestação de tipos específicos da *práxis* humana,

correspondentes, cada uma delas, com seu tempo histórico. Considera-se que os dias atuais têm emergido como tempos de aprender a aprender, cabendo discutir a importância de situar este conhecimento dentro da teoria pedagógica.

4. METODOLOGIA

Este estudo é resultado de uma pesquisa de campo pretendeu analisar e interpretar os fenômenos observados, tendo como preocupação primordial identificar os fatores que determinavam ou que contribuem para a compreensão acerca da importância da informática na educação.

Além disso, desenvolveu-se também um levantamento bibliográfico, a qual Lakatos e Marconi (1997, p. 66), destacam que a mesma trata-se do levantamento, seleção e documentação de bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com o material já escrito.

No decorrer de todo o curso foram repassados vários conteúdos educacionais como o GCompris do Linux Educacional 3.0 e internet.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública da rede de ensino estadual do Piauí, localizada na zona urbana do município de Picos, sendo que os sujeitos pesquisados não foram identificados de forma alguma, sendo observados de forma coletiva ao longo da realização do curso.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o curso: “Softwares Educacionais Aplicáveis ao Ensino de conteúdos Curriculares de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental” foram obtidos diversos resultados desde a compreensão de todos os softwares educacionais como também técnicas de digitação, todos os alunos tiveram na prática um ótimo resultado, conseguindo todos executar tarefas que lhe eram repassadas, tais como: GCompris que é uma série de jogos educacionais, além de todos os aplicativos do Sistema Operacional Linux Educacional 3.0 e pesquisas na internet.

Mediante uma breve análise podemos considerar que esta ação extensionista teve um ótimo resultado, pois além de contribuir para a inclusão digital as intervenções ocorreram de forma significativa para que muitos professores pudessem realizar através do computador muitas tarefas que antes eram impossíveis de serem realizadas por eles, e por consequência deixavam seus alunos

fora desse universo digital.

A relação entre a informática e a educação teve como característica que a norteava a constante preocupação com o processo de aprendizado do cursista, pois envolve sua singular cognição e inferências voltadas para a formação do indivíduo. Diante disso, percebe-se que o acesso à Internet e a outros recursos tecnológicos possibilitavam aos sujeitos estarem continuamente conectados com o novo mundo, o ciberespaço. Dessa forma, cabe agora à escola integrar-se ao universo digital on-line e off-line para utilizar diversos objetivos educacionais do currículo escolar, visando à formação plena do sujeito.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as discussões teóricas expostas no presente estudo pode-se concluir que a dificuldade e a falta de conhecimento acerca das possibilidades de uso tecnologias da informação na educação escolar representam o principal fator que interfere de maneira direta em sua utilização na escola, pois os professores não a utilizam tendo em vista não saberem como manuseá-las sendo esse fato vinculado ao temor de “passar vergonha” diante de seus alunos, termo esse citado pelos próprios professores.

É possível ressaltar que aquele que está inserido no mundo acadêmico pode atuar para facilitar o uso dessas máquinas pelos professores das escolas públicas para tornarem-se conhecedores destas tecnologias, especialmente da informática. Mediante o domínio da informática infere-se que agora os professores possam colaborar ativamente com a inclusão digital, compartilhando e aplicando seus conhecimentos com a comunidade escolar para que essas tecnologias sejam utilizadas em sala de aula, culminando com a promoção de um ambiente favorável a processos de ensino-aprendizagem mais significativos mediante novas metodologias de ensino que a Informática Educativa pode potencializar.

7. REFERÊNCIAS

FRÓES, Jorge R. M. **Educação e informática**: a relação homem/máquina e a questão da cognição – 1996. Disponível em: <<http://www.proinfo.gov.br/biblioteca/textos/txtie4doc.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

FUGITA, O. **Material elaborado para a disciplina de informática na educação**. Londrina, 2005.

(Especialização em Informática na Educação pela Universidade Estadual de Londrina).

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Metodologia do Trabalho Científico. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

MORAN, José Manoel. **As Muitas Inclusões Necessárias na Educação**. In: RAIÇA, Darcy (Org.) Tecnologias para a Educação Inclusiva. São Paulo: AVERCAMP, 2008.

MORAN, José Manuel. **Ensino e aprendizagem inovadora com tecnologias audiovisuais e telemáticas**. 8 ed. Campinas: Papirus, 2004.

RAÍÇA, Darcy. **Tecnologia e Educação Inclusiva**. In: RAIÇA, Darcy (Org.). Tecnologias para a Educação Inclusiva. São Paulo: AVERCAMP, 2008.

VALENTE José Armando. **Computadores e conhecimento: repensando a educação**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2001.

VALLADARES, Rita de Cássia Cypriano. **Informática na educação**. Mestrado em Educação, Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2001.

Alfabetização Inclusão Escolar e Social¹

Darlane Stela Queiroz Melo²

Dalva Stela Queiroz Melo³

Valéria Silva Carioca⁴

Maria da Glória Carvalho Moura⁵

Resumo

O trabalho ora apresentado apresenta o relato de experiência da formação continuada de técnicos alfabetizadores de pessoas jovens e adultas da Secretaria de Educação do Estado do Piauí referente à primeira etapa do Programa/Projeto de Extensão: “Alfabetização, Inclusão Social e escolar”, cadastrado na Coordenação de Projetos e Programas de Extensão (CPPEX). Trata-se de um curso de extensão no formato aperfeiçoamento, realizado pela Universidade Federal do Piauí, por meio da Pró-Reitoria de Extensão (UFPI/PREX), em parceria com a Secretaria estadual de educação e as secretarias municipais, financiado pelo Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, (MEC/SECADI). Teve como objetivo básico promover a formação continuada de professores alfabetizadores de jovens e adultos, centrados na formação integral do ser humano, ampliando seu espaço de conquista na sociedade, visando à inclusão social e educacional e a redução do índice de analfabetismo em 30 municípios do Estado do Piauí. Além de oferecer suporte pedagógico à ação dos professores alfabetizadores nos anos iniciais do ensino fundamental, contribuindo para elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem o programa/projeto propõe situações que incentivem a reflexão e a construção do conhecimento como processo contínuo de formação docente desenvolvendo conhecimentos que possibilitem a compreensão de conceitos teórico-metodológicos, capaz de dialogar com a prática docente e seus usos sociais. O curso foi organizado em módulos, sendo que em 2013 foi realizada a formação dos formadores. Os resultados apontam para novas formas de entendimento da Alfabetização de jovens e adultos, indicando a necessidade da formação continuada dos alfabetizadores, bem com, o acompanhamento sistemático das classes de alfabetização como parte das responsabilidades de enfrentamento dos desafios do enfrentamento pelo público, dessa dívida social com esse público o que será realizado em 2014 (Parecer n.º. 81/DPAEJA/SECADI/MEC de 06/11/2013).

Palavras-chave: Alfabetização de Jovens e Adultos. Formação Continuada. Extensão universitária.

Introdução

Neste estudo apresentamos os resultados de uma experiência de formação continuada de técnicos alfabetizadores de pessoas jovens e adultas da Secretaria de Educação do Estado

¹ Projeto/Programa de Extensão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Práticas Curriculares e Formação de Profissionais da Educação – NIPPC, da Universidade Federal do Piauí.

² Aluna da graduação/bolsista extensionista do Projeto/Programa EJA.

³ Aluna da graduação/bolsista extensionista do Projeto/Programa EJA.

⁴ Aluna da graduação/bolsista extensionista do Projeto/Programa EJA.

⁵ Professora do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí. Coordenadora do Projeto de Extensão: “Alfabetização, Inclusão Social e Escolar”.

do Piauí referente à primeira etapa do Programa/Projeto de Extensão: “Alfabetização, Inclusão Social e Escolar”, Resolução nº. 144/12 (CEPEX), cadastrado na Coordenação de projetos e programas de Extensão (CPPEX).

As interações, aqui realizadas, colocam alfabetizando e alfabetizadores como sujeito de direito no centro do processo de ensino e de aprendizagem, visto que, se volta para o despertar do compromisso com a aprendizagem e a ação docente, respectivamente, pautada na construção de competências essenciais para a formação cidadã criando situações de aprendizagem que contribuem de forma significativa para o crescimento no âmbito pessoal e profissional.

Para efeito desse texto, apresentaremos o relato de experiência da formação dos profissionais com efeito multiplicador refletindo a lógica do processo de alfabetização. Para atingir os objetivos propostos, organizamos situações que respeitem as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gênero, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, orientações sexuais, entre outras.

Dessa forma, buscou-se o fortalecimento dos vínculos da universidade com os sistemas de ensino, as comunidades locais, visando à efetivação de práticas pedagógicas significativas, que atendam às necessidades sociais e educacionais no contexto social e econômico atual, integrando ações entre órgãos da administração pública federal direta e indireta e entes federados para a formação docente. Finalmente, com base no processo de formação continuada, chegamos às considerações finais sobre a experiência que terá continuidade em 2014, considerando que somente agora recebemos o parecer de aprovação do MEC/SECADI/FNDE, consolidando a parceria MEC/UFPI/SEDUC (Parecer nº. 81/DPAEJA/SECADI/MEC de 06/11/2013).

Aspectos teóricos- metodológicos

Por meio das políticas públicas federais que priorizam a qualidade do ensino ofertado às pessoas provenientes das classes menos favorecidas, tendo o programa bolsa família como um dos principais projetos sociais em desenvolvimento, a Secretaria de Educação do Estado do Piauí (SEDUC), em parceria com a Universidade Federal do Piauí, firma o compromisso de juntos proporem um Programa/Projeto de superação do analfabetismo no Estado e combate à pobreza, oportunizando as famílias beneficiárias dos programas sociais do Governo Federal a oportunidade de se alfabetizar e continuar os estudos, bem como, de se qualificar e exercer uma profissão.

O Programa/Projeto de Extensão: “Alfabetização, Inclusão Social e Escolar” justifica-se, pelo fato de no Brasil existir milhões de adultos analfabetos. A falta de compromisso das políticas públicas marginaliza milhões de brasileiros de seus direitos mais elementares. A capacitação para o uso de novas tecnologias torna cada vez mais importante para o domínio das habilidades cognitivas, leitura e escrita, na construção da cidadania.

A demanda por alfabetizar e instrumentalizar pessoas jovens e adultas possibilitando-lhes inclusão produtiva é um compromisso de superação histórica dessa mazela social, tarefa essa que cabe a todos os educadores e à sociedade brasileira. A Universidade Federal do Piauí- UFPI, como instituição formadora, tem compromisso social no resgate destas pessoas excluídas da sociedade, através da construção de instrumentos capazes de reconstruir o conhecimento sistematizado negado historicamente.

Nesse sentido, a UFPI cumpre sua função social, construindo espaços de diálogo com a comunidade. A alfabetização de pessoas jovens e adultas é o *locus* onde alfabetizando, professores alfabetizadores e comunidade se interagem e se humanizam e constroem os elementos de intervenção e inclusão social produtiva.

Os indicadores educacionais evidenciam que a melhoria da qualidade da educação depende, de maneira integrada, tanto de fatores internos quanto de fatores externos que possam ter impacto no processo ensino-aprendizagem. Faz-se, portanto, necessário a implementação e articulação de um conjunto de políticas públicas sociais e educativas que viabilizem melhores condições sociais e culturais e de exercício pleno da cidadania, o que inclui o direito a uma educação de qualidade para as mulheres piauienses, possibilitando o acesso ao saber e a oportunidade de aumentar a renda familiar.

Esse Programa/Projeto insere-se, portanto, num conjunto de políticas que vêm sendo implementadas pelo setor público, nas esferas federal, estadual e municipal, e que expressam o esforço de governos e da sociedade em garantir o direito da população brasileira à educação escolar com qualidade social.

Assim, o Programa/Projeto: “Alfabetização, Inclusão Social e Escolar”, faz parte de um conjunto de ações propostas pelo Governo do Estado do Piauí por meio da Secretaria Estadual de Educação, em parceria com a UFPI, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC) vinculado ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Práticas Curriculares e Formação de Profissionais da Educação – NIPPC, monitorada pelo Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica, no âmbito da UFPI. É um trabalho social, que visa atender preferencialmente mulheres jovens e adultas, que por várias razões não

foram alfabetizadas na idade apropriada. Mulheres em situação de vulnerabilidade social, desamparo, carências de diversas instâncias e, portanto, não possuem apoio nem incentivo para iniciar e dar continuidade aos estudos.

As atividades serão desenvolvidas em lugares privilegiados de socialização e circulação de saberes, a sala de aula, nos 30 municípios do Estado do Piauí, com maior índice de analfabetismo (IBGE, 2010), atendendo às famílias beneficiárias dos programas sociais do Governo Federal.

Quando nos referimos à sala de aula estamos reconhecendo os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos – EJA, a comunidade em que vivem, as políticas de estado e os poderes institucionais e pessoais, enfim, estamos reconhecendo a diversidade da existência humana.

Além do foco na Alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, para proporcionar às pessoas o acesso à informação, será ofertada, também, atendendo à demanda vocacional da região o Bolsa-Formação trabalhador, Cursos FIC de Inclusão Produtiva, para pessoas de extrema pobreza cujos nomes constam do cadastro único dos programas sociais mantidos pela União. Para tanto buscaremos parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Secretaria Educação Tecnológica (SETEC/PRONATEC).

A finalidade é a de trabalhar com a modalidade de qualificação profissional – formação e capacitação com mulheres da comunidade, famílias, grupos, jovens e adultas. A duração dos cursos de Inclusão Produtiva será definida em horas de acordo com sua natureza. Trata-se de Cursos de Extensão organizados no formato aperfeiçoamento com carga horária ente 180h, cujas atividades serão realizadas integradas às atividades de alfabetização.

A execução do Programa está sob a responsabilidade das instituições parceiras, responsáveis pela operacionalização do Programa no Estado do Piauí, mais especificamente nos seguintes Municípios (QUADRO 01).

Nº ORDEM	QUADRO 01 - DEMONSTRATIVO DE 30 MUNICIPIOS COM MAIOR Nº DE ANALFABETOS-CENSO2010				
	PROGRAMA:-ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E INCLUSÃO SOCIAL - 2012/2014				
	Municípios	Gerencia Regional	População de 15 anos ou mais de idade		
			Total população de 15 anos e mais	Total não alfabetizada	Índice de alfabetização
1	Alagoinha do Piauí	16 ^a	5631	2500	44.4%
2	Caraúbas do Piauí	1 ^a	3828	1678	43.8%
3	Caxingó	1 ^a	3416	1495	43.7%
4	Paquetá	9 ^a	3067	1340	43.6%
5	Vera Mendes	9 ^a	2202	962	43.6%

6	Massapê do Piauí	9 ^a	4523	1964	43.4%
7	Padre Marcos	16 ^a	4977	2045	41.0%
8	Floresta do Piauí	8 ^a	1871	758	40.5%
9	Murici dos Portelas	1 ^a	5685	2240	39.4%
10	Patos do Piauí	17 ^a	4529	1784	39.3%
11	Assunção do Piauí	5 ^a	4890	1918	39.2%
12	S. Francisco de Assis do Piauí	17 ^a	3874	1509	38.9%
13	Passagem Franca do Piauí	18 ^a	3234	1256	38.8%
14	São Julião	16 ^a	4247	1644	38.7%
15	Jaicós	9 ^a	12900	4989	38.6%
16	Betânia do Piauí	17 ^a	4096	1582	38.6%
17	Joca Marques	2 ^a	3577	1375	38.4%
18	São João da Serra	5 ^a	4553	1742	38.2%
19	Campo Largo do Piauí	2 ^a	4487	1709	38.0%
20	Brejo do Piauí	12 ^a	2736	1042	38.0%
21	Boa Hora	5 ^a	4350	1649	37.9%
22	São José do Piauí	9 ^a	4872	1847	37.9%
23	Miguel Alves	18 ^a	21509	8173	38%
24	São Miguel da Baixa Grande	7 ^a	1587	598	37.6%
25	Itainópolis	9 ^a	8545	3208	37.5%
26	Novo Santo Antônio	18 ^a	2392	898	37.5%
27	Milton Brandão	3 ^a	4751	1768	37.2%
28	São João da Fronteira	3 ^a	3788	1401	36.9%
29	Belém do Piauí	16 ^a	2456	903	36.7%
30	Brasileira	3 ^a	5892	2158	36.6%

Fonte: IBGE/2010

A escolha dos municípios deve-se ao fato, destes, se destacarem pelos maiores índices de analfabetismo no Estado do Piauí, merecendo uma atenção especial por parte do governo do Estado, por meio da Secretária de Educação.

Essa Proposta surgiu da necessidade de se construir um processo de formação inicial e continuada que contemple a formação profissional, baseada nos princípios da inclusão social de pessoas jovens e adultas e sua permanência na escola, olhando a escola na perspectiva da emancipação humana.

A proposta sustenta-se no princípio da descentralização e parceria na sua formulação e realização de ações formativas, considerando a realidade multifacetada que define a educação no País.

Professores Alfabetizadores e técnicos da Secretaria Estadual de Educação e das Secretarias Municipais de Educação que atuam com os anos iniciais do ensino fundamental na

modalidade Educação de Jovens e Adultos, dos 30 municípios do Estado do Piauí com maiores índices de analfabetismo no Estado do Piauí.

A formação dos professores formadores (técnicos das Secretarias Estadual e Municipais de Educação) foi realizada por professores da Universidade Federal do Piauí e professores convidados de outras Instituições de Ensino Superior, com experiência comprovada em Formação Continuada de professores alfabetizadores.

Os professores formadores serão responsáveis na segunda etapa pela formação dos professores alfabetizadores em uma ação conjunta com a UFPI. Realizar-se-á em forma de concentração e terá uma carga horária de 180h incluindo o acompanhamento pedagógico, planejamento e avaliação.

A estrutura curricular do curso de formação continuada dos professores alfabetizadores está organizada em módulos, nos quais professores e alunos poderão desenvolver múltiplos e simultâneos processos de interação. Essa estrutura oferecerá oportunidades para o conhecimento/domínio de conteúdos, processos de ensino e aprendizagem, procedimentos didáticos e metodológicos que tornarão mais efetiva o processo de ensino e aprendizagem, vinculados aos cursos de Formação Continuada (FIC) prevista pelo Ministério da Educação para fins de ofertas educativas a serem realizadas no âmbito da Bolsa-Formação Trabalhador. Dessa forma, consolidaremos a qualificação profissional com a elevação da escolaridade dos jovens e adultos trabalhadores.

O Curso de Extensão no formato aperfeiçoamento, em Alfabetização de Jovens e Adultos e Inclusão Social, abordará as especificidades dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos nos anos iniciais do ensino fundamental, portanto, em processo de alfabetização, com foco nas temáticas da diversidade, da cultura e do mundo do trabalho e nas estratégias pedagógicas correntes no que trata a educação de pessoas jovens e adultas.

O curso está organizado em módulos, a saber:

- Módulo 01: Processos de Alfabetização e Letramento (90h);
- Módulo 02: Monitoramento, acompanhamento e avaliação (90h).

As temáticas que orientam cada um desses módulos têm como fio condutor a melhoria da qualidade da educação básica e desenvolvimento social do país, e como balizadores, os resultados da avaliação da política educacional expressos nos indicadores da educação básica (IDEB) produzidos pelo INEP.

O Programa também prevê a produção e publicação de textos em forma de artigo em revistas, periódicos e livros, objetivando divulgar o produto da experiência realizada.

A avaliação em cada componente curricular, dependendo de sua natureza, pode ser realizada por meio de provas objetivas, trabalhos individuais e em grupo ou relatórios de atividades. O resultado do processo de avaliação deverá ser expresso em um único conceito que represente todas as atividades desenvolvidas nos módulos. Para que seja aprovado no curso, o aluno deverá ter pelo menos 75% de presença nas aulas.

Os Professores alfabetizadores, professores formadores, supervisores, coordenadores e técnicos receberão certificado de Aperfeiçoamento pela UFPI/Pró-Reitoria de Extensão, com as respectivas cargas horárias, conforme a função exercida no Programa.

Considerações Finais

A proposta de formação continuada dos professores formadores aponta aspectos positivos explicitado no grau de satisfação demonstrado pelos participantes durante os encontros de formação promovido pela UFPI. No ano de 2014 acontecerá a formação dos alfabetizadores e o acompanhamento sistemático, por meio de visitas técnicas as classes de alfabetização nos municípios.

Reafirmamos que a formação continuada dos alfabetizadores é necessária e o que tentamos mostrar neste texto foram apenas algumas ideias e desafios que estão postos e precisam ser enfrentados.

Dessa forma, os resultados parciais mostraram que a extensão universitária possibilitou o encontro dialógico entre os saberes da academia e os saberes da comunidade gerando resultados satisfatórios para ambos. Está sendo uma experiência riquíssima que funcionou como um laboratório vivo e nos fez perceber que a extensão universitária reúne elementos capazes de enfrentar o grande desafio que se apresenta para a extensão universitária nos dias atuais, a formação continuada dos profissionais da educação básica.

Referências

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 11 de 10-05-2000. **Diretrizes Curriculares nacionais para a educação de Jovens e Adultos**. 2000.
- DEAQUINO, Carlos Tasso Eira. **Como aprender: andragogia e as habilidades de aprendizagem**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- MOURA, Maria da Glória Carvalho. Educação de Jovens e Adultos e Educação profissional: práticas curriculares e pedagógicas. In: SOBRINHO, José Augusto de Carvalho; LIMA, Maria da Glória Barbosa (org.). **Formação, prática pedagógica e pesquisa em educação: retratos e relatos**. Teresina: EDUFPI, 2011.

TRILHA PERCORRIDA NO ALCANCE DO OBJETIVO ATRAVÉS DO PRÉ-VESTIBULAR

Lúcia Helena Bezerra Ferreira

UFPI/DMTE/CCE

Micaías Andrade Rodrigues

UFPI/DMTE/CCE

Introdução

O presente artigo tem como finalidade de despertar o sentimento de inclusão através de árduo trabalho, que vem sendo desenvolvido desde 2000 a 2013 no Pré-Vestibular Popular da Universidade Federal do Piauí. Nossa pretensão é destacar oportunidade de proporcionar uma opção prazerosa à disposição de uma parte da sociedade piauiense, especialmente a teresinense, por ser uma parte excluída desde mercado de trabalho ao contexto escolar de nosso Estado. Dessa forma, demonstrar a principal oportunidade como “opção prazerosa”, não somente uma oportunidade de ministrar aulas, mas em preparar os discentes para competir na realização de concurso público, incentivando os professores bolsistas e pré-vestibulandos no desenvolvimento de solidariedade, cooperação, social, cultural e transformação da cidadania no contexto social, desenvolvendo capacidade raciocínio lógico, senso crítico contextualizado na transposição de saberes.

O Projeto Pré-Vestibular Popular tem grande relevância acadêmica e social tanto entre a comunidade acadêmica (professores e discentes) quanto para os Pré-Vestibulandos oriundos de escolas públicas devido à oportunidade que oferece para que os jovens das classes populares possam retomar os seus estudos e se preparar para o acesso ao ensino superior, concretizando os seus sonhos de construir uma carreira profissional. Além disso, o Pré-Vestibular Popular reafirmar uma das finalidades da Universidade Federal do Piauí que é a contribuir no processo de formação docente do aluno-bolsista possibilitando a sua iniciação na prática pedagógica, como também aperfeiçoa a formação Acadêmico-Profissional dos discentes desta IES, no processo de interação entre a universidade e sociedade.

Aspiral Pré-Vestibular X a nomenclatura de “ENEM”: uma forma de acesso a Educação Superior

Antigamente no Brasil os discentes, após concluírem o Ensino Médio, tinham que fazer uma bateria de provas por quatro dias, em universidades públicas, privadas e faculdades.

Nessa corrida desenfreada com a esperança de obter uma vaga ao ingresso ao Curso Superior, pressupunha que os “melhores” eram classificados e aprovados, mesmo assim tinham que passar por uma peneira de acordo com seu desempenho o ingresso ou não no curso e instituição ao qual se inscreveu o que não tinham condição de preparação pós Ensino Médio não obtinha a tão sonhada oportunidade de ingressar a Universidade.

Dessa forma, o Ensino Médio é a parte final da Educação Básica, onde estão incluídas a Educação infantil e o Ensino Fundamental (BRASIL, 1996) e, segundo a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) em seu inciso II do Art. 208 tem a garantia de ser oferecida de forma gratuita a todos os cidadãos. Nesse sentido, foi plenamente legalizado o acesso universal neste nível de ensino.

Na sociedade contemporânea, a exigência pela profissionalização e pelo aperfeiçoamento profissional ampliou-se significativamente, principalmente devido ao avanço das tecnologias da informação. Diante desse contexto, um número significativo de brasileiros encontra-se excluídos do mercado de trabalho e, conseqüentemente, do acesso ao conhecimento e aos bens de consumo. Isso ocorre, em parte pela pouca qualidade do ensino público que não prepara os jovens adequadamente para atuar no meio profissional, do outro lado, temo o ensino superior limitado a pequenos grupos, por sua oferta ser ainda limitada e os processos seletivos serem extremamente excludente.

Sendo assim, cabem as instituições de ensino superior contribuir com a produção de disseminação de conhecimentos que possibilite a inclusão social das classes populares através do processo de apropriação do conhecimento e da profissionalização. Por tanto, o trabalho de extensão universitária constitui-se numa possibilidade de disseminação e produção de conhecimento entre as universidades e os jovens que ainda não tiveram a oportunidade de frequentarem os cursos de formação acadêmica. Santos (2004) enfatiza a importância da extensão universitária para a construção do desenvolvimento da sociedade. Para o autor, numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida, assentam em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será confirmada quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundar tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino.

Nesse sentido, o trabalho de extensão universitária possibilita não só a contribuição da universidade para com os jovens das comunidades beneficiadas, mas também o aperfeiçoamento dos conhecimentos construídos pelos alunos-bolsistas através da troca de experiências vivenciadas com os jovens e adultos que participam das atividades de extensão. Ou seja, no caso do Pré-Vestibular Popular, não são só os jovens e adultos das comunidades

que abstraem os conteúdos ministrados durante as aulas, mas também os alunos-bolsistas tem a oportunidade de aperfeiçoarem seus conhecimentos específicos no percurso de suas trajetórias acadêmicas, bem como, os conhecimentos teórico-metodológicos nas vivências práticas desenvolvidas durante as atividades didático-pedagógicas. (SICSÚ, 1997).

Para o autor, os estudantes universitários, certamente, serão beneficiados em sua formação com os trabalhos de extensão universitária, devido à possibilidade de conviverem e dialogarem com questões do contexto da atividade de modo interdisciplinar, o que os envolve em aprendizado sobre a complexidade do mundo vivido. Nesse caso, a extensão universitária apresenta-se como um espaço de articulação teoria-prática na formação do profissional.

Observamos, portanto, que o trabalho de extensão desenvolvido pelo Projeto Pré-Vestibular Popular, constitui-se numa importante oportunidade de formação de futuros professores onde os alunos bolsistas utilizam os espaços de sala de aula como o laboratório para a descoberta, experimentação, e a construção dos saberes docentes, relacionados ao saber-fazer do educador (PIMENTA; ANASTISIOU, 2002; TARDIF, 2002).

Para tanto, fazer uma faculdade tem sido uma meta de boa parte dos brasileiros, pois eles vão à busca de reconhecimento, colocação no mercado de trabalho e formação profissional. Alguns cursos, em detrimento de outros, possibilitam um *status* maior, pois são reconhecidos social e economicamente. No vestibular estabelece-se a seguinte relação - quanto maior o reconhecimento, ou seja, à medida que se sobe nesta escalada rumo ao sucesso - maior é a dificuldade encontrada para obter êxito neste concurso.

Lembrando que este sucesso, muitas vezes, não significa *glamour*, mas sim uma chance aumentada de conseguir um trabalho ao concluir a graduação, e que boa parte do público que faz vestibular nas instituições públicas, são pessoas pertencentes a uma situação econômica não muito favorável, percebemos que estamos diante de um ciclo vicioso, que repete a exclusão de quem já está excluído, pois estão envolvidos com a sua sobrevivência e por esses não possuem acesso às condições de preparo para esse concurso, do que estudantes provindos de classes mais abastadas.

Segundo Osório (1992) os jovens, ao terminarem o ensino médio, são direcionados a ingressar numa universidade, mas ele alerta que esta possibilidade não é para todos.

O vestibular é antes de tudo um rito de iniciação, ou seja, um ritual de passagem à condição adulta e com este propósito é ele inconscientemente mantido, apesar de todas as vozes que se levantam contra sua crueldade e inoperância como critério seletivo para o ingresso dos mais aptos ao exercício das profissões a que se destinam". (OSÓRIO, 1992, p. 76).

De acordo com o referido autor, para alguns este período luxuoso de preparação para a vida adulta, não é vivenciado da mesma maneira, boa parte dos adolescentes estão empenhados na encarniçada luta por sua subsistência, confinados, portanto, pela geografia da fome e da miséria. A partir desse cenário é possível perceber que as oportunidades, realmente, são desiguais, apesar dos anseios serem os mesmos tanto para estudantes oriundos de uma classe popular quanto para aqueles provindos de uma classe mais abastada.

Assim, surgiu o Pré-Vestibular Popular e em 2000, começou a primeira turma e, até agora, 1.300 jovens e adultos já passaram pelo Projeto, recebendo oportunidade de preparo semelhante àqueles que frequentam os pré-vestibulares tradicionais. O Pré-Vestibular Popular tem como princípio o atendimento político, social e cultural, por isso não tem fins lucrativos que justifica a inclusão de jovens e adultos comprovadamente carentes¹ e com dificuldades de ingresso no mercado de trabalho. Esse projeto justifica-se por oportunizar os jovens e adultos oriundos da escola pública.

Ao lado do investimento na transmissão aos educandos, dos conhecimentos científicos e técnicos, impõe-se garantir que a educação seja mediação da percepção das relações situacionais, que ela lhes possibilite a apreensão das intrincadas redes políticas da realidade social, pois só a partir daí poderão se dar conta também do significado de suas atividades técnicas e culturais (SEVERINO, 2000).

Sabemos que enfrentamos problema educacional, um problema de ordem de distribuição de renda e inclusão social na sociedade mundial, e mais especificamente em Teresina. Entendemos que a educação como necessária na transformação social, cultural e econômica, de que uma “teoria da educação para a cidadania não pode ficar reduzida a questões de técnica educacional e organizacional”. (SILVA, 2002, p. 105). Ou seja, os desejos e necessidades do trabalhador, de jovens e adultos, estão a além do salário no final do mês ou da aula dada pelo professor, . Por outro lado, sabemos de nossas limitações, pois não estamos abarcando toda população que gostaríamos, porém, dentre aqueles “privilegiados”, procuramos envolvê-los numa atmosfera que visa o coletivo, o bem-estar social e a importância do apoio mútuo em prol da construção de uma sociedade (ou parte dela) menos competitiva, egoísta e individualista.

O projeto tem como objetivo propiciar aos alunos oriundos da escola pública, a oportunidade de se prepararem para concorrer à seleção de ingresso ao ensino superior oferecendo uma formação geral aos alunos oriundos das escolas públicas, preparando-para

¹ O pré-vestibular Popular estende a toda comunidade teresinense no intuito de inscrever-se, e candidatar-se a uma vaga das 180 oferecidas, entretanto aqueles jovens e adultos oriundos da escola pública que comprovarem sua situação socioeconômica, através de documentação exigida no ato da inscrição, serão os selecionados.

prestarem concurso públicos contribuindo no processo de formação docente do aluno-bolsista possibilitando a sua iniciação na prática pedagógica e aperfeiçoando formação acadêmico-profissional dos discentes desta IES, no processo de interação entre a universidade e sociedade, fazendo acompanhamento dos rendimentos dos pré-vestibulandos no processo de ensino e de aprendizagem dos conteúdos aprendidos.

Os processos de planejamento, elaboração de material didático, organização dos conteúdos serão elaborados pelos alunos-bolsistas sob a supervisão da coordenação geral e do subcoordenador do projeto. Além disso, os professores orientadores das disciplinas específicas de cada curso ficam responsáveis pela orientação e revisão dos simulados mensais elaborados pelos professores-bolsistas no que diz respeito aos conteúdos e estrutura das questões das provas.

As aulas do Pré-Vestibular Popular foram ministradas em 03 (três) turmas, durante a noite, nas salas de aulas do Espaço Integrado II e contou com o acompanhamento de 03 (três) alunas-bolsista do curso de pedagogia que fizeram o apoio pedagógico junto aos professores das áreas específicas.

A organização do cursinho Pré-Vestibular Popular tem sido composta por uma coordenação geral e Adjunta composta por professores do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino no Centro de Ciências da Educação-DMTE/CCE, que se interessa em dedicar parte do seu tempo às atividades que implicam no funcionamento do Projeto, perpassando por questões burocráticas, até questões de relações humanas. Essa equipe responsabiliza-se tanto pelo processo seletivo, quanto pela disponibilização de materiais aos professores-bolsistas e aos pré-vestibulandos, tudo isso a partir do gerenciamento de bolsas 21 concedidas pela Pró-Reitoria de Extensão e atualmente foi reduzida a 18 bolsas que quase impossibilitava o funcionamento do Projeto, mas funcionaram com 18 bolsistas e 03 voluntárias não renumeradas que totalizou os 21 participantes. A coordenação, também, é responsável pelo funcionamento e resoluções de problemas, além de ter contato diretamente com a Pró Reitoria de Extensão e Coordenadoria de Programas e Projetos de Extensão - CPPEX.

Antigamente além da coordenação geral e adjunto, cada disciplina tinha um orientador da disciplina ministrada pelo bolsista oriundo do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) e do Centro de Ciências da Natureza (CCN) formando uma equipe de orientadores em planejar e discutir as atividades a serem desenvolvidas no desenvolvimento do processo de ensinar e aprender, assim como elaboração de apostilas didáticas, de simulados e resolução de possíveis problemas, caso ocorra, entre os estudantes.

Os conhecimentos advindos da Pedagogia têm embasado nosso trabalho, bem como auxiliado na elaboração de cursos de formação de formadores, no intuito de reciclar nossas idéias e manter nossas metas voltadas à Educação Popular.

“Uma estrutura social na qual o poder seja mais equitativamente distribuído é condição básica para que os homens se humanizem. É condição mínima para que haja cidadania”. (SEVERINO, 2000)

Considerações finais Reflexivas

O simples fato do Pré-Vestibular Popular a cada ano, contando com o apoio de estudantes e profissionais engajados, já reconhecemos como uma grande conquista.

Mesmo diante das adversidades, tais como a falta de espaço físico fixo e com recursos limitados, todos os anos temos pessoas interessados em perpetuar uma práxis que a cada ano renova suas forças e oxigena com novas idéias e novos integrantes, sem perder o foco voltado para a Educação Popular.

No ano de 2003, conquistou-se o direito à meia-passagem, ou seja, os estudantes do Cursinho Pré-vestibular Popular da Universidade Federal do Piauí na cidade de Teresina pagam passagem estudantil para descolarem-se até UFPI para assistirem as aulas, concessão direito de jantar e almoçar no Restaurante Universitário pagando preço acessível.

Desde sua criação foi aprovados anualmente uma média de 35% (trinta e cinco) dos pré-vestibulandos. De 2004 a 2008 obtivemos 45% (quarenta e cinco) por cento de aprovações dos 160 alunos selecionados, terminaram o cursinho 120 alunos. Destes, 100 acompanharam as atividades desde o início até o vestibular. A evasão foi diminuindo conforme a chegada da data do concurso, embora alguns alunos desistissem devido à oferta de emprego durante as festas de Natal e Ano Novo e outros foram chamados para assumirem emprego no qual foram aprovados em concurso público.

Dessa forma, o que nos motivou e incentivou-nos a batalhar e aprimorar cada vez mais nossa luta e nossa busca, uma das principais vitórias, senão a maior, é o fato de nossos ex-alunos retornarem para o cursinho, porém dessa vez como professores-bolsistas, colaboradores e multiplicadores de forças numa realidade em busca de uma nova configuração social.

Cada ano que se reinicia, desperta em todos os envolvidos, sejam eles, fundadores do projeto ou iniciantes, uma vontade de manter o que já foi construído ao longo destes anos, mas também sempre crescer e aprimorar, procurando adequar o ensino e a educação às necessidades dos nossos participantes. Concordamos com Durkheim (2001) ao afirmar que a

educação é fundamental para a construção do social, mas também acrescentamos que cada um de nós é um agente de transformação social, e se tivermos consciência disso poderemos em conjunto, aproveitar melhor o que nos é oferecido, e buscarmos aquilo que ainda nos falta.

Nosso trabalho é apenas um começo diante da imensidão que representa os esforços coletivos de toda uma nação. Nosso interesse em que educandos e educadores possam escolher o caminho a trilhar sabendo das consequências de suas atitudes enquanto cidadãos brasileiros.

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: 1988. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 20 nov. 2011.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC/CNE, 1998.

In: BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Parte I – Bases Legais. Brasília: MEC/SEB, 2000.

DURKHEIM, É.. **Educação e sociologia**. Trad. Nuno Garcia Lopes. Lisboa: Edições 70, 2001

OSÓRIO, L. C. *Adolescente hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

PIMENTA, S.G.; ANASTASIOU, L. G. C.. **Docência do ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, B. S. A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo, 2004

SICSÚ, A.B. **O papel da extensão universitária no desenvolvimento regional: considerações sobre o caso brasileiro**. Recife: RECITEC - Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

SEVERINO, A. J. Educação, trabalho e cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, jun. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 nov. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000200010>.

SILVA, A. J. da. **Pedagogia crítica e contra-educação**. Coimbra: Quarteto, 2002

TARDIF, M.. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

O PAPEL DO PEDAGOGO NO PROJETO PRÉ-VESTIBULAR POPULAR

Joseane Veras Lima (bolsista Pedagogia PREX/UFPI, Campus Teresina); Raíssa Ramos Roland (bolsista Pedagogia PREX/UFPI, Campus Teresina); Milena Viana Medeiros Barbosa (bolsista voluntária Pedagogia PREX/UFPI, Campus Teresina Micaías Andrade Rodrigues (Subcoordenador, DMTE/CCE/UFPI);
Lúcia Helena Bezerra Ferreira (Coordenadora, DMTE/CCE/UFPI)

INTRODUÇÃO

O Projeto Pré-vestibular Popular tem por finalidade proporcionar aos alunos de baixa renda de escolas públicas a oportunidade de aprovação e ingresso nas universidades. Este curso de extensão conta com dezoito bolsistas de diversas licenciaturas e, entre estes, dois bolsistas da Pedagogia, todos empenhados na prática de ensino. Visando a construção de conhecimentos e cidadania, o projeto busca também a inserção dos alunos bolsistas na prática pedagógica e experiências no magistério. Essas experiências contribuem para a formação do licenciando, capacitando-os para o exercício da docência no futuro e como toda atividade educativa, não é somente os alunos que integram o processo, mas também coordenadores, pedagogos e professores devem estar inseridos para a realização de todo este trabalho. O projeto propicia a construção de todas essas possibilidades de novos olhares e experiências que subsidiam o que o profissional será e em que ele se identifica com isso aliado aos teóricos e a prática é importante para aprendemos novos recursos e formas de repassar esses conhecimentos de modo adequado para nossos educandos, aprender essas práticas com os professores efetivos das salas.

METODOLOGIA

Este trabalho tem como objetivo apresentar reflexões teóricas e práticas referentes ao papel do pedagogo no referido Projeto, de forma que possa auxiliar a organização sistemática e prática das atividades pedagógicas e administrativas, situando a função específica deste profissional no contexto educacional. e a sua importância na formação do profissional

pedagogo. Neste sentido, segundo DIEZ e HORN (2004) o referido tipo de trabalho, busca ampliar generalizações ou leis mais amplas, estruturar sistemas teóricos, tendo como perspectiva gerar novas hipóteses. Portanto, trata-se de um estudo qualitativo, pois se preocupa com os valores não quantificados, como os valores, as motivações e os significados. Isto, sem desvalorizar os elementos quantitativos, objeto que ambos se complementam, gerando um dinamismo em relação ao objeto de pesquisa. Portanto, o papel do pedagogo no projeto pré-vestibular popular é imprescindível na ajuda aos professores no aperfeiçoamento da sua atuação na sala de aula (conteúdos, metodologias e técnicas), na análise e compreensão das situações de ensino, na coordenação das atividades pedagógico-didáticas dos professores sendo mediador no processo ensino- aprendizagem, de forma a garantir a consistência das ações pedagógicas e administrativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A importância do Projeto Pré-Vestibular Popular na formação acadêmica do pedagogo vai além do que apenas proporcionar a este momento de experiência, está também em transformar a prática educativa dos mesmos na construção social e cultural de seus alunos. Como afirma ARANHA (2006, p. 47), “nesse sentido, espera-se que o profissional da educação seja um sujeito crítico, reflexivo, um intelectual da educação seja um sujeito crítico, reflexivo, um intelectual transformador, capaz de compreender o contexto social-econômico-político em que vive. Assim o papel do pedagogo está em orientar, supervisionar, controlar, planejar e principalmente em ter o diálogo com o professor, pois possibilita contribuições no sentido de enriquecer no projeto, pois se espera que de lá saiam alunos preparados não só para a aprovação no vestibular, mas indivíduos formados no exercício da cidadania e professores com uma nova visão de do que é ser educador. Desse modo, Barros (1990) destaca que a pesquisa é de suma importância para o pedagogo e outros professores das áreas afins, pois discute a interação da teoria com a prática e oferece um conhecimento mais amplo para atuação dos discentes de graduação, o contato direto com a realidade dá uma visão mais objetiva desse processo triádico (professor X aluno X conteúdo). Uma reflexão mais detalhada de como ocorre essa atuação para uma qualidade da absorção e repasse desse conhecimento. O projeto possibilitou às futuras pedagogas o contato com a gestão escolar, abordando questões como organização dos horários, entrada e saída dos professores e alunos,

utilização do horário pedagógico para a preparação de aulas e administrativas em geral (emitir declarações, repassar à equipe de professores informes da coordenação, registro de notas e da frequência).

CONCLUSÃO

O trabalho desenvolvido no Projeto Pré-vestibular Popular possibilitou uma relação com os demais profissionais da educação (professores e coordenadores) de forma ainda mais clara a atuação do pedagogo na escola. Neste sentido, a educação é a ferramenta fundamental para a construção de cidadãos. O projeto propicia consiste em proporcionar ao acadêmico em formação inicial o contato direto com sua formação e seu desenvolvimento para o mercado de trabalho, sua identificação dentre outros aspectos, observa e participa dos diversos imprevistos que ocorre principalmente em sala de aula, devido se tratar de sujeitos em especial em formação dos mesmos. Possibilita de fato que o profissional da academia construa sua identidade através das práticas, propiciando outros olhares, e articulando as teorias aprendidas ao que ocorre de fato nas salas de aula, com suas singularidades, com cada sujeito em processo de aprendizado institucional quando ao próprio docente.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação** – 3.ed.rev.ecampl. – São Paulo: Moderna 2006.

BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

DIEZ, C. L. F.; HORN, G.B. **Orientações para elaboração projetos e monografias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Palavras-chave: Pré-vestibular. Pedagogia. Trabalho pedagógico. Formação

Avaliação da Aprendizagem: Pressupostos e Prática Docente

Sara Jane Alvares Oliveira¹, Amanda Caroline Silva Pinheiro², Antonia Aline Oliveira de Andrade³,
Francisca Thais dos Santos Rocha⁴.

Universidade Federal do Piauí – Curso de Pedagogia¹

Universidade Federal do Piauí – Curso de Pedagogia²

Universidade Federal do Piauí – Curso de Pedagogia³

Universidade Federal do Piauí – Curso de Pedagogia⁴

RESUMO: A avaliação da aprendizagem numa perspectiva de melhoria do processo educacional tem caráter formativo, pois busca a construção integral do sujeito e a garantia de uma trajetória de sucesso. A partir dessa reflexão o presente artigo tem como objetivo fazer um relato sobre concepções que norteiam as práticas de avaliação de dois docentes. Com base em suas repostas, procuramos fazer uma análise a fim de identificar se seus pressupostos estão embasados em perspectivas formativas ou classificatória de avaliação. Para obtenção dos resultados desta pesquisa foi feito o uso de uma entrevista e com apenas uma pergunta inicial as docentes entrevistadas puderam sentir-se livres para expressar suas práticas e concepções acerca da avaliação a que estão acostumadas. A entrevista em questão foi realizada com dois docentes da rede pública de ensino de Teresina-PI. De acordo com a observação dos relatos da professoras podemos perceber em suas concepções que suas práticas centram-se na dimensão formativa de avaliação em que o professor tem papel de monitorar constantemente o desempenho do aluno, desafiando-o para que possa progredir e aprender de forma significativa.

Palavras-chave: Avaliação da Aprendizagem. Docentes. Prática de Avaliação.

INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem numa perspectiva de melhoria do processo educacional tem caráter formativo, pois busca a construção integral do sujeito e a garantia de uma trajetória de sucesso. Implicando assim na orientação da prática pedagógica, pois proporciona a oportunidade de reconhecer limites e possibilidades que direcione sua prática para uma tomada de decisão que leve a uma reflexão crítica de suas atitudes, a fim de superar as dificuldades identificadas na construção do processo de ensino e aprendizagem.

A partir dessa reflexão o presente artigo tem como objetivo fazer um relato acerca das concepções que norteiam as práticas de avaliação de dois docentes da rede pública de ensino de Teresina-PI. Com base em suas repostas, procuramos fazer uma análise a fim de identificar em que estão embasados os seus pressupostos, considerando as perspectivas formativas e classificatórias de avaliação.